

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 365 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 - UASG 925814 COMPRASGOV nº 90036/2026	
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN), EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE QUANTO AO PROCESSAMENTO/CENTRALIZAÇÃO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E INTEGRADOS DE CENTRALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E PAGAMENTO DOS CRÉDITOS RELATIVOS À FOLHA SALARIAL E DEMAIS VERBAS DE NATUREZA REMUNERATÓRIA/ INDENIZATÓRIA DEVIDAS A MAGISTRADOS E SERVIDORES (ATIVOS, INATIVOS, CEDIDOS E DISPONIBILIZADOS), BEM COMO PENSIONISTAS CIVIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (TJTO).
SRP? NÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.375.246,57 (seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 06/07/2026, às 13:30 horas (horário de Brasília) Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br	Pregoeira: Pauline Sabará Souza

Vistoria? () SIM (x) NÃO	Amostra/Protótipo? () SIM (x) NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (x) SIM () NÃO
AMPLA PARTICIPAÇÃO		
PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES: ATÉ DIA 1º/07/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br		Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-2534 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.		
<p style="text-align: center;"><u>ATENÇÃO</u></p> <p>A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos nº 155 e 156 da Lei 14.133/2021.</p> <p>Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento.</p> <p>A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo.</p>		

Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925814". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: <https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 26.0.000002227-5

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contratos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho de 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 26.0.000002227-5, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM que resulte na MAIOR OFERTA**, visando a **contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em caráter de exclusividade quanto ao processamento/centralização, para a prestação de serviços contínuos e integrados de centralização, processamento e pagamento dos créditos relativos à folha salarial e demais verbas de natureza remuneratória/indenizatória devidas a magistrados e servidores (ativos, inativos, cedidos e disponibilizados), bem como pensionistas civis do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo pregoeiro **Pauline Sabará Souza**, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria nº 769, de 27 de fevereiro de 2025.

DATA: 06 de julho de 2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 hs

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/>

[compras/pt-br](https://www.comprasptbr.com).

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em caráter de exclusividade quanto ao processamento/centralização, para a prestação de serviços contínuos e integrados de centralização, processamento e pagamento dos créditos relativos à folha salarial e demais verbas de natureza remuneratória/indenizatória devidas a magistrados e servidores (ativos, inativos, cedidos e disponibilizados), bem como pensionistas civis do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será realizada em único item.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por item que resulte na maior oferta, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do serviço.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.7 do Termo de Referência.

2.8 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.9 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1. Não se aplica.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total do item**, conforme lógica do fator de correção (item 6.1.4 do termo de Referência - Anexo do Edital) e especificações constantes dos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances

continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.1.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item;

6.1.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.1.3 - O lance vencedor será o licitante que apresentar a melhor proposta no Comprasgov, que aplicado na fórmula apresentada abaixo e aplicando o Fator de Correção – FC.

6.1.3.1 - A adoção do “fator de correção” foi um mecanismo para adaptação ao sistema Comprasgov, na modalidade licitatória pregão eletrônico, a fim de viabilizar o critério de julgamento “MAIOR OFERTA”, já que o referido sistema não permite a oferta de lances superiores aos últimos registrados (e sim inferiores).

6.1.4 - Na formulação dos lances, deverá ser mencionado em campo apropriado no Comprasgov, a OFERTA EXPRESSA ATRAVÉS DO FATOR DE CORREÇÃO (FC) a ser calculado da seguinte forma:

VO (Valor Ofertado) = FC (R\$ 15.000.000,00) - Melhor lance ofertado

6.1.5 - Considerando que o valor mínimo de outorga previsto no Termo de Referência é de R\$ 6.375.246,57, correspondente ao valor total estimado da contratação, somente serão aceitas propostas que, após a aplicação da fórmula, resultem em valor ofertado igual ou superior a esse piso mínimo de vantajosidade econômica.

6.1.6 - Com base no Fator de Correção de R\$ 15.000.000,00, o valor máximo aceitável para o lance no Comprasgov será de R\$ 8.624.753,43.

6.2 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2.1 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.4 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.4.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.5.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.6 - Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.8.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios,

claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:

- I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

6.21.3 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao

último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 - Constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM** que resulte na **MAIOR OFERTA**.

CAPÍTULO IX – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE OU DA PROVA DE CONCEITO

9.1 - Não se aplica.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.1.3 – A proposta deverá conter as especificações dos serviços de forma clara e objetiva, em conformidade com o ato convocatório e seus anexos, detalhando a prestação de serviços e demais elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as especificações ofertadas.

10.1.3.1 - O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos serviços ofertados.

10.1.4 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante

legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do **valor da proposta (usando a fórmula estabelecida no item 6.1.4)**, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

10.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

10.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

10.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

10.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

10.2.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 – Se houver indícios de inexecução relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.2 – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência.

11.1.3. Para efeitos de comprovação da regularidade fiscal estadual e municipal (Nível IV do SICAF), considera-se a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos.

11.1.3.1. Não serão admitidas certidões específicas de tributos imobiliários para fins de comprovação do subitem anterior.

11.2 – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

11.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

11.3.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executou adequadamente serviço compatível com o objeto da presente licitação.

a.1) Para fins de compatibilidade quantitativa, o atestado deverá comprovar a execução satisfatória de serviço equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado de beneficiários da folha de pagamento do TJTO, correspondente a 1.386 (mil trezentos e oitenta e seis) beneficiários, considerando o quantitativo estimado de 2.772 beneficiários indicado no Termo de Referência.

a.1.1) A exigência de comprovação de capacidade técnica justifica-se pela criticidade, continuidade e sensibilidade do objeto, que envolve a centralização, o processamento e o creditamento da folha de pagamento do TJTO, demandando experiência prévia compatível, segurança operacional, capacidade de integração e regularidade na execução de serviços bancários de natureza semelhante.

11.3.1.1 – Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

11.3.1.2 - É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

11.3.1.3 - É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

11.3.1.4 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

11.3.1.4.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

b) Autorização para funcionamento: documento que comprove que a instituição está legalmente autorizada a operar pelo BACEN como banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica;

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 a habilitação será restrita a apresentação da seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

a.1) Os documentos referidos na alínea 'a' limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) As licitantes criadas no exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) A comprovação da boa situação financeira da instituição interessada será efetivada pela apresentação do índice que mede a solvência dos bancos, denominado Índice de Basiléia, devendo ser comprovado índice mínimo de 11% (onze por cento).

c) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

c.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 11.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

11.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

- a) Publicados em Diário Oficial;
- b) Publicados em jornal de grande circulação;
- c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

11.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU):

- a) Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

11.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

11.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

- a) Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;
- b) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);

c) Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)."

11.3.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

11.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, **120 (cento e vinte) minutos**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP

77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a)** a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c)** a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, **120 (cento e vinte) minutos** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.10.3 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

11.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

11.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII - DO RECURSO

13.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

14.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado por item à empresa vencedora do certame.

14.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na **IN TJTO n.º 06/2023 (Anexo III do Edital)**, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

15.2 – A recusa injustificada da adjudicatária assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 16.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

15.3 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a extinção unilateral do ajuste.

15.4 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

15.4.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

15.4.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

15.4.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

15.4.4 – Findo o prazo do subitem 16.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 15.4 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 **(Anexo III do Edital)**.

15.5 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 15.3 a 15.4 deste edital, a nota de empenho e o contrato poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

15.6 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

15.7 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

15.8 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 – O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

16.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

16.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 16.1, incorrerá no descumprimento do item 15.2.

16.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 16.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de

habilitação e, ainda, se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 - Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

16.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4.2 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

16.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

16.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

16.7 – A licitante vencedora deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

16.8 - Fica estabelecido, para fins de gestão e fiscalização contratual, os Níveis de Serviço, que define os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme ANEXO I do Termo de Referência.

16.9 – O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVII - DO PRAZO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1 - A Contratada deverá observar o Plano de Implantação e Transição Operacional e o cronograma detalhado de transição, apresentados e validados nos termos dos itens 6.1.3 e 7.2.7 do Termo de Referência, devendo o prazo total para início da execução oficial dos serviços ser de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

17.2 - O TJTO encaminhará mensalmente o arquivo/ordem de crédito da folha, por canal eletrônico seguro, em formato e leiaute pactuados, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis da data prevista para o pagamento, sem prejuízo de cronograma específico a ser formalizado no Plano de Implantação e Transição.**

17.3 - O atendimento aos(as) beneficiários(as) deverá ocorrer pelos canais disponibilizados pela Contratada, inclusive por atendimento presencial nas agências físicas exigidas no Termo de Referência, sem prejuízo da utilização de canais eletrônicos, telefônicos e demais meios de atendimento disponíveis.

17.4 - As demais disposições estão estabelecidas no item 6 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

CAPÍTULO XVIII - DO REGIME DE EXECUÇÃO

18.1 – O contratante deverá iniciar a prestação dos serviços a ele adjudicado conforme disposto **no capítulo 8 do Anexo I** (Termo de Referência) do Edital.

CAPÍTULO XIX– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 – São obrigações da contratada, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

19.1.1 - manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e de qualificação;

19.1.2 - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

19.1.3 - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

19.1.4 - indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

19.1.5 - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

19.1.6 - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente do contrato a terceiros;

19.1.7 - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

19.1.8 - Centralizar e processar os créditos da folha de pagamento do TJTO e efetivar depósitos/transferências para conta-corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a), sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada.

19.1.9 - Cumprir os prazos e níveis mínimos de serviço (SLA) definidos no edital/contrato, incluindo processamento, retorno/conciliação e tratamento de rejeições/pendências em janelas críticas.

19.1.10 - Não cobrar do TJTO e/ou dos(as) beneficiários(as) quaisquer tarifas, encargos ou despesas bancárias relacionadas ao processamento/creditamento e às transferências necessárias ao objeto, mantendo-se a isenção como requisito do modelo.

19.1.11 - Manter sistemas e infraestrutura operacionais e de tecnologia da informação capazes de executar o objeto com qualidade, disponibilidade e rastreabilidade, disponibilizando ao TJTO, tempestivamente, as informações, relatórios e evidências necessárias ao acompanhamento e fiscalização (retornos, rejeições, conciliações e registros de ocorrências).

19.1.12 - Apresentar, no prazo de até **10 (dez) dias corridos** após a assinatura do contrato, o Plano de Implantação e Transição Operacional,

contendo, no mínimo, o cronograma da migração de dados, a integração de sistemas, os procedimentos de homologação, o processamento piloto, a operação assistida, os canais de escalonamento e o início efetivo da operação, a ser aprovado pelo TJTO.

19.1.13 - Disponibilizar ambiente tecnológico de testes/homologação, quando aplicável, permitindo a validação de integrações e rotinas antes da entrada em produção, conforme cronograma pactuado.

19.1.14 - Comunicar ao TJTO, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, qualquer intenção de alteração relevante em rotinas operacionais, canais de suporte ou forma de atendimento que possa impactar a execução, apresentando proposta alternativa para avaliação e aprovação do Tribunal.

19.1.15 - Indicar preposto e canais de atendimento (incluindo canal de escalonamento para janelas críticas), bem como manter atualizados os contatos técnicos e operacionais para execução do objeto.

19.1.16 - Garantir a segurança, integridade e sigilo das informações e dados a que tiver acesso, com estrita observância da LGPD e das normas de segurança da informação aplicáveis, vedada a divulgação ou repasse indevido a terceiros.

19.1.17 - Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, incluindo a autorização de funcionamento pelo BACEN e a regularidade exigível.

19.1.18 - Atender prontamente às determinações e solicitações do gestor/fiscais do contrato, prestando os esclarecimentos necessários e providenciando a imediata correção de deficiências apontadas pelo Contratante.

19.1.19 - Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante qualquer anormalidade/irregularidade que comprometa ou possa comprometer a execução total ou parcial do objeto, indicando medidas de contenção e plano de ação.

19.1.20 - Assumir todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive despesas com pessoal, tecnologia, tributos e encargos, não podendo repassá-los ao TJTO ou aos(às) beneficiários(as), salvo previsão expressa e justificada no edital/contrato.

19.1.21 - Efetuar o pagamento da outorga/contrapartida financeira ao TJTO, conforme prazo, forma e condições estabelecidos neste edital, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de atraso ou inadimplemento.

19.1.22 - Adotar práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, priorizando rotinas eletrônicas, redução de papel e eficiência operacional.

19.2. Pacote mínimo de serviços isentos aos beneficiários

19.2.1. A Contratada deverá assegurar aos(às) beneficiários(as) da folha de pagamento, sem cobrança de tarifas, no mínimo, os serviços essenciais vinculados ao recebimento de créditos salariais e à movimentação básica da conta utilizada para esse fim, observada a regulamentação aplicável do BACEN/CMN.

19.2.2. Sem prejuízo de outros serviços gratuitos previstos em norma, a Contratada deverá garantir, no mínimo:

- I – abertura, manutenção e encerramento da conta utilizada para recebimento dos créditos, quando solicitada pelo(a) beneficiário(a);
- II – fornecimento da primeira via de cartão;
- III – consultas de saldo e disponibilização de extratos;
- IV – transferências necessárias à movimentação do crédito salarial, observada a regulamentação aplicável;
- V – saques e demais serviços essenciais mínimos exigidos pela regulamentação bancária vigente.

19.2.3. A Contratada deverá apresentar previamente ao TJTO, no início da execução contratual, tabela atualizada contendo:

- I – os serviços isentos e respectivas franquias mínimas;
- II – os demais produtos e serviços eventualmente ofertados aos(às) beneficiários(as), com a indicação clara de tarifas e condições aplicáveis.

19.3.4. Eventuais alterações posteriores na tabela referida no subitem anterior deverão ser comunicadas formalmente ao TJTO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

19.3. Histórico de pagamentos e prazo para resposta

19.3.1. A Contratada deverá manter histórico dos pagamentos processados e disponibilizar ao TJTO, quando solicitado, informações e relatórios referentes aos créditos efetuados, retornos, rejeições, conciliações e demais dados correlatos à execução contratual.

19.3.2. As solicitações do TJTO relativas a informações de pagamentos já processados deverão ser atendidas nos seguintes prazos máximos:

- I – até **05 (cinco) dias corridos**, para informações relativas a créditos e processamentos recentes;
- II – até **30 (trinta) dias corridos**, para informações referentes a períodos pretéritos que exijam pesquisa em bases históricas.

19.4. Bloqueios, falecimento e impedimentos legais ao crédito

19.4.1. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao TJTO a ocorrência de bloqueio judicial, restrição operacional ou qualquer determinação legal que impeça ou comprometa a efetivação do crédito na conta indicada pelo(a) beneficiário(a), informando a providência adotada e a situação do valor correspondente.

19.4.2. Constatado impedimento legal ao crédito, inclusive por falecimento do(a) beneficiário(a) ou por inconsistência impeditiva devidamente identificada, a Contratada deverá informar o TJTO e proceder ao estorno/devolução dos valores, na forma e no prazo definidos no cronograma operacional e na regulamentação aplicável.

19.5. A Contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, atendimento presencial aos(às) beneficiários(as) do TJTO por meio de **agências**

físicas localizadas em **Palmas, Araguaína e Gurupi**, sem prejuízo dos canais eletrônicos, telefônicos e demais meios de atendimento previstos contratualmente.

CAPÍTULO XX – DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1 – Não haverá desembolso financeiro por parte do TJTO para a execução do objeto, tendo em vista que a prestação do serviço de centralização e processamento dos créditos da folha de pagamento e a efetivação dos depósitos/transferências ocorrerão sem ônus para o Tribunal, conforme condições do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

20.2 – É vedada a cobrança, pela Contratada, de tarifas, encargos ou quaisquer valores ao TJTO e/ou aos(as) beneficiários(as) relacionados ao processamento/creditamento e às transferências necessárias à execução do objeto, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente previstas e justificadas no edital/contrato (se houver).

20.3 – A licitante vencedora realizará o pagamento ao TJTO do valor da outorga/contrapartida financeira apurado pela fórmula de conversão, observado o disposto neste edital e no contrato.

20.4 – O pagamento da outorga deverá ocorrer em parcela única, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato**, mediante depósito/transferência para a conta indicada pelo TJTO. O referido pagamento deverá ser restituído à Contratada, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC, de forma proporcional ao tempo decorrido, na hipótese de rescisão contratual antecipada por parte da Contratante.

20.5 – A comprovação do pagamento deverá ser apresentada pela Contratada ao gestor/fiscal do contrato, com juntada no processo SEI após a operação bancária.

20.6 – O atraso injustificado no pagamento da outorga sujeitará a Contratada às penalidades previstas no item 9 do Termo de Referência, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

20.7 – O não pagamento da outorga no prazo previsto no item 20.1 caracterizará inadimplemento contratual, incidindo, desde o vencimento, a multa moratória prevista no item **9 do Termo de Referência**. Persistindo o atraso por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis, incidirá, ainda, multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da outorga, atualizado pela taxa SELIC desde o vencimento até o efetivo pagamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

20.8 – Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CAPÍTULO XXI - DA EXTINÇÃO

21.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a extinção do ajuste pela

inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

21.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

- I** - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- III** – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

21.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

21.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

- I** - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tjto.jus.br.

22.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

22.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

22.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

23.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato;

Anexo III – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar

23.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

23.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

23.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

23.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

23.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

23.9 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 18 de junho de 2026.

Pauline Sabará Souza

Pregoeira

ANEXO I

**Termo de Referência nº 596 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIGEP/AJDIGEP**

Data	Versão	Descrição	Autor
16/03/2026	1.0	Finalização da primeira versão	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Assistente de Gabinete da Presidência.
08/04/2026	2.0	Exclusão das informações relativas ao valor estimado da contratação	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Assistente de Gabinete da Presidência.
24/05/2026	3.0	Inserção do valor total estimados, conforme Mapa de Preços inserido no evento 7151551.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Chefe de Divisão.
29/05/2026	4.0	Adequação técnica conforme apontamentos contidos na Anotação SEDCC 7163564.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Chefe de Divisão.
03/06/2026	5.0	Adequação do critério de adjudicação e do critério de julgamento, com adoção formal do menor preço, observada a fórmula de conversão para obtenção da maior outorga/contrapartida financeira; atualização do valor mínimo de outorga e dos respectivos cálculos e exemplos; realocação da reunião técnica prévia para o tópico do objeto; supressão da vistoria/reunião técnica do capítulo de requisitos do fornecedor; e ajustes na qualificação econômico-financeira.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Chefe de Divisão.
09/06/2026	6.0	Ajuste da fórmula inserida no tópico 2.6; Realocação do tópico 8.3 para o tópico 6.1; Realocação do tópico 6.1 para o tópico 8.5.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Chefe de Divisão.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em caráter de exclusividade quanto ao processamento/centralização, para a prestação de serviços contínuos e integrados de centralização, processamento e pagamento dos créditos relativos à folha salarial e demais verbas de natureza remuneratória/indenizatória devidas a magistrados e servidores (ativos, inativos, cedidos e disponibilizados), bem como pensionistas civis do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID.	CATSER	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de instituição financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento do TJTO e efetuar os depósitos/transferências bancárias relativas a salários e/ou proventos de qualquer natureza, para conta corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a) constante da folha do TJTO, sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada.	1	serviço	13811	6.375.246,57

1.2. O serviço abrange o processamento/creditamento de **100% da folha de pagamento** do TJTO, incluindo, conforme composição vigente: magistrados(as), servidores(as) ativos, inativos, cedidos/disponibilizados e pensionistas, além de rotinas suplementares (folhas complementares, retroativos, rescisões, entre outras).

1.3. A demanda é considerada “comum”, pois enquadra-se nos termos da definição do inciso V, Parágrafo único, do Art. 2º da IN 04, de 31 de Janeiro de 2023: “bens e serviços comuns: bens e serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, tendo em vista o domínio das técnicas de realização ou fornecimento por parte do mercado relevante, viabilizando a proposição objetiva e padronizada de execução do objeto”.

1.4. Caso seja do interesse da licitante, poderá ser agendada reunião técnica prévia junto à Divisão de Folha de Pagamento – DFPG, por meio do e-mail folpag@tjto.jus.br, ou pelos telefones **(63) 3142-2536 / 3442-2551**, no horário institucional das 12h às 18h, para melhor compreensão dos fluxos de processamento da folha de pagamento, dos requisitos de integração tecnológica, das rotinas de remessa e retorno, conciliação e demais condições operacionais relacionadas à execução do objeto, sem que tal reunião constitua requisito de habilitação, condição de participação no certame ou obrigação prévia para formulação da proposta.

1.5. Apresentamos o código CATSER que mais se aproxima da definição do objeto pretendido, prevalecendo sempre a descrição apresentada acima.

1.6. Da Justificativa e Previsão no Plano de Contratações Anual

1.6.1. A contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, segurança e regularidade do processamento e da liquidação financeira da folha de pagamento do TJTO, atividade essencial ao funcionamento institucional, mitigando riscos de atrasos, inconsistências, falhas operacionais e retrabalho.

1.6.2. A necessidade decorre da iminência do término do Contrato 312 (3981192) com a Caixa Econômica Federal, em 27/10/2026. O Poder Judiciário do Tocantins possui a obrigação legal de realizar o pagamento mensal de subsídios, remunerações e proventos a magistrados, servidores ativos, inativos e pensionistas. A contratação de uma instituição financeira autorizada pelo BACEN é a única via técnica para processar esse volume de créditos com segurança bancária e agilidade.

1.6.3. A solução a ser contratada deve manter a diretriz institucional de não obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada, preservando a liberdade de escolha bancária do(a) beneficiário(a) e permitindo que o crédito seja destinado a conta indicada.

1.6.4. Em resumo, com a centralização bancária da folha de pagamento de magistrados(as), servidores(as) e pensionistas busca-se obter maior eficácia no processo de liquidação da folha e a obtenção de recursos financeiros para a modernização e aprimoramento das atividades judiciais.

1.6.5. Registra-se que a presente contratação, nos moldes ora delineados, não constou do Plano Anual de Contratações (PCA) do exercício 2026. Contudo, trata-se de solução cuja lógica econômica historicamente adotada por este Tribunal indica ausência de dispêndio e potencial geração de receita, uma vez que na contratação anterior (SEI nº 21.0.000001536-6) sagrou-se vencedora a instituição que apresentou proposta de pagamento de maior valor total em contrapartida pela exclusividade, de modo que a avença tende a resultar em contrapartida financeira em favor da Administração, e não em custo direto.

1.7. Dimensionamento do Objeto

1.7.1. Para fins de dimensionamento do objeto e planejamento da implantação, registra-se que, na data de referência (fevereiro/2026), o quadro funcional na folha de pagamento do TJTO é o seguinte:

Vínculo funcional	Quantidade
Juízes e Desembargadores	113
Servidores Ativos	2.564
Pensionistas	95
TOTAL	2.772

1.7.2. O valor bruto mensal da folha, na mesma referência (fevereiro/2026), é da ordem de R\$ 59.112.657,28, sem prejuízo de variações decorrentes de gratificações, folhas suplementares e rubricas eventuais.

1.7.3. Os quantitativos e o valor da folha deverão ser considerados parâmetros de dimensionamento, podendo sofrer variações ao longo da vigência contratual.

1.8. Informações de Contratações Anteriores

1.8.1. O serviço objeto deste Termo de Referência é atualmente executado por meio do Contrato nº 312/2021 (Processo SEI nº 21.0.000001536-6), firmado com a instituição financeira Caixa Econômica Federal.

1.8.2. O ajuste vigente foi formalizado com fundamento na Dispensa de Licitação prevista no art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/1993, tendo por finalidade a centralização e o processamento dos créditos da folha de pagamento de magistrados e servidores, ativos e inativos, bem como pensionistas deste Poder Judiciário.

1.8.3. Em termos de vantajosidade econômica, o contrato atual estabeleceu a desoneração integral do Tribunal quanto ao pagamento de tarifas bancárias operacionais, prevendo, adicionalmente, o aporte de contrapartida financeira em favor do FUNJURIS. Para a presente contratação, a experiência histórica da avença anterior será considerada como referência institucional de vantajosidade, sem prejuízo das demais providências instrutórias cabíveis, nos termos da legislação e da regulamentação interna aplicáveis.

1.8.4. O encerramento da vigência do contrato supracitado está programado para o dia 27/10/2026, o que impõe a necessidade da presente contratação para garantir a continuidade ininterrupta do serviço e a preservação (ou ampliação) dos benefícios econômicos e operacionais já consolidados pela Administração.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. O tipo de contratação a ser adotada será a Licitação Pública, conforme as regras estabelecidas na Lei de Licitações 14.133/2021.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Enquadramento do Objeto como Serviço Comum

2.2.1.1. A modalidade de licitação adotada é o **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, por se tratar de serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 29, caput, da Lei nº 14.133/2021, c/c art. 24, §1º, da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023, sem prejuízo da adequada modelagem do julgamento no instrumento convocatório e da validação jurídica no processo.

2.2.2. Obrigatoriedade do Pregão e Rito Procedimental

2.2.2.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o pregão é modalidade de licitação (art. 28, I) e deve ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis (art. 29, caput), observando-se o rito procedimental comum previsto no art. 17 da mesma lei (art. 29).

2.2.2.2. No âmbito interno do TJTO, a IN TJTO nº 4/2023 estabelece que “será obrigatória a adoção da modalidade pregão quando o bem ou o serviço, inclusive de engenharia, for considerado comum” (art. 24, §1º), conforme análise da Unidade Técnica, razão pela qual se justifica a adoção do pregão para o presente objeto.

2.2.3. Forma de realização (preferência pelo meio eletrônico) e ressalva de modelagem do julgamento

2.2.3.1. Adota-se, como regra, a realização do pregão em formato eletrônico, por conferir maior amplitude competitiva, transparência e rastreabilidade do certame, sem prejuízo da observância integral do rito comum e dos requisitos técnicos definidos neste TR. Registra-se, por fim, que o critério de julgamento (incluindo a modelagem do menor preço com conversão em outorga/contrapartida financeira) deverá estar expressamente disciplinado no instrumento convocatório, com a devida validação jurídica no processo, preservando-se a coerência entre modalidade, critério e objeto.

2.3. Indicação justificada da adoção ou não do Sistema de Registro de Preços

2.3.1. Considerando que a demanda da contratação não se adequa às hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, a licitação não adotará o referido sistema.

2.4. Do Critério de Adjudicação da Contratação

2.4.1. A adjudicação será realizada por **item**, considerando a natureza indivisível e integrada do objeto e a necessidade de centralização bancária para assegurar segurança, rastreabilidade, eficiência operacional e adequada gestão do processamento da folha de pagamento.

2.5. Da publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP

2.5.1. Não se aplica a adoção de Intenção de Registro de Preços, uma vez que a presente contratação não será realizada sob o regime de SRP, em razão da natureza específica e da previsão exata da quantidade dos serviços a serem contratados, conforme art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023.

2.6. Indicação Justificada do Critério de Julgamento da Contratação

2.6.1. O critério de julgamento a ser adotado será o de **MENOR PREÇO**, que resultará na maior oferta, conforme o item 2.6.3.

2.6.2. Embora a presente contratação tenha por finalidade econômica a obtenção de outorga/contrapartida financeira em favor do TJTO, sem desembolso financeiro pelo Tribunal pela execução do objeto, a adoção formal do critério de menor preço decorre da modalidade eleita, qual seja, o Pregão Eletrônico, aplicável à contratação de serviços comuns.

2.6.3. Para fins de cadastramento da proposta e formulação de lances no Comprasgov, deverá ser utilizada a seguinte fórmula de conversão:

VO = FC - Melhor Lance Ofertado

Em que:

VO = Valor Ofertado ao TJTO, correspondente à outorga/contrapartida financeira efetiva;

FC = Fator de Correção, fixado em R\$ 15.000.000,00;

Melhor Lance Ofertado = Menor lance registrado pela licitante no Comprasgov;

2.6.4. Assim, quanto menor for o valor lançado pela licitante no Comprasgov, maior será o Valor Ofertado – VO ao TJTO, após a aplicação da fórmula de conversão.

2.6.5. Considerando que o valor mínimo de outorga previsto neste Termo de Referência é de R\$ 6.375.246,57, correspondente ao valor total estimado da contratação constante do item 1.1 deste instrumento, somente serão aceitas propostas que, após a aplicação da fórmula, resultem em valor ofertado igual ou superior a esse piso mínimo de vantajosidade econômica.

2.6.6. Com base no Fator de Correção de R\$ 15.000.000,00, o valor máximo aceitável para o lance no Comprasgov será de R\$ 8.624.753,43.

2.6.7. Portanto, caso a licitante pretenda ofertar exatamente o valor mínimo admitido de outorga, deverá cadastrar no Comprasgov o valor de R\$ 8.624.753,43.

2.6.8. Caso o licitante pretenda apresentar oferta superior ao valor mínimo, deverá lançar no Comprasgov valor menor que R\$ 8.624.753,43. Exemplificativamente:

Fator de Correção – FC	Valor lançado no Comprasgov – LC	Valor efetivamente ofertado ao TJTO – VO
R\$ 15.000.000,00	R\$ 8.624.753,43	R\$ 6.375.246,57
R\$ 15.000.000,00	R\$ 8.500.000,00	R\$ 6.500.000,00
R\$ 15.000.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 7.000.000,00
R\$ 15.000.000,00	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.500.000,00
R\$ 15.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 8.000.000,00
R\$ 15.000.000,00	R\$ 6.500.000,00	R\$ 8.500.000,00
R\$ 15.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 9.000.000,00

2.6.9. Desse modo, para fins de julgamento no sistema eletrônico, a classificação das propostas e lances observará o critério de menor preço, correspondente ao menor lance registrado no Comprasgov. Para fins de apuração da vantagem econômica efetiva ao TJTO, será aplicada a fórmula de conversão prevista neste tópico, de modo que o menor preço registrado no sistema resultará na maior oferta/outorga ao Tribunal, observados o valor mínimo admitido de R\$ 6.375.246,57, os requisitos de habilitação e as demais condições previstas no edital e neste Termo de Referência.

2.7. Da Impossibilidade de Participação de Consórcios de Empresas

2.7.1. Não será permitida a participação de consórcios na presente contratação.

2.7.2. A vedação se justifica em razão da natureza crítica e sensível do objeto — centralização e processamento da folha de pagamento — o que demanda governança centralizada, interlocução única, padronização de rotinas de transmissão/retorno, além de responsabilização direta por desempenho, segurança da informação, atendimento a incidentes e continuidade do serviço em janelas críticas de pagamento. A admissão de consórcios tende a dificultar a gestão contratual, a identificação de responsabilidades e a pronta resposta a falhas operacionais, ampliando o risco de descontinuidade ou inconsistências no creditamento.

2.7.3. A restrição não compromete a competitividade do certame, considerando que o mercado relevante é composto por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais, em regra, detêm capacidade técnica e operacional para executar integralmente o objeto sem necessidade de composição consorcial. Além disso, a vedação visa resguardar o interesse público ao reduzir riscos de execução e assegurar maior controle e rastreabilidade do processamento da folha.

2.8. Da Previsão de Subcontratação Parcial do Objeto

2.8.1. Fica vedada a subcontratação, total ou parcial do objeto licitado.

2.8.2. A vedação se justifica pela criticidade e sensibilidade do serviço, que exige responsabilização direta da instituição financeira contratada, além de governança centralizada, rastreabilidade, pronta resposta a incidentes em janelas críticas e preservação da segurança da informação e da confidencialidade dos dados tratados.

2.9. Aplicação da Lei Complementar Federal nº 123/2006

2.9.1. Aplica-se o tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006 no que couber. Não se admite, contudo, a adoção de medidas que impliquem parcelamento/fracionamento do objeto para fins de exclusividade, por se tratar de serviço contínuo e integrado cujo fracionamento comprometeria a segurança e a integridade do processamento centralizado da folha.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. O requisito legal fundamental para a participação é que o licitante seja uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), na condição de bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas que, além de atenderem às condições de

qualificação econômico-financeira, possuam sistema informatizado capaz de atender ao objeto proposto.

3.2. A licitante deverá apresentar autorização para funcionamento, consistente em documento que comprove que a instituição está legalmente autorizada a operar pelo BACEN como banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica.

3.3. Qualificação técnica

3.3.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executou adequadamente serviço compatível com o objeto da presente licitação.

3.3.1.1. Deverão constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados:

a) do emitente: razão social e dados para contato;

b) da licitante favorecida: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

3.3.1.2. É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica, sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

3.3.1.3. Para fins de compatibilidade quantitativa, o atestado deverá comprovar a execução satisfatória de serviço equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado de beneficiários da folha de pagamento do TJTO, correspondente a 1.386 (mil trezentos e oitenta e seis) beneficiários, considerando o quantitativo estimado de 2.772 beneficiários indicado neste Termo de Referência.

3.3.1.4. É facultada ao agente de contratação/Pregoeiro ou Comissão de Contratação, quando for o caso, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer, complementar ou sanear a instrução do processo, observados os limites previstos no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 29 da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023.

3.3.1.5. Não serão considerados os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

3.3.1.5.1. Serão consideradas pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócia da empresa emitente e da empresa proponente.

3.3.2. A exigência de comprovação de capacidade técnica justifica-se pela criticidade, continuidade e sensibilidade do objeto, que envolve a centralização, o processamento e o creditamento da folha de pagamento do TJTO, demandando experiência prévia compatível, segurança operacional, capacidade de integração e regularidade na execução de serviços bancários de natureza semelhante.

3.4. Qualificação Econômico-Financeira

3.4.1. O requisito para a habilitação da instituição é a solidez financeira e patrimonial, nos termos do artigo 69, da Lei 14.133/2021, comprovada mediante a apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo (s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, bem como apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei e dos regulamentos aplicados, através de índices oficiais.

3.4.2. A comprovação da boa situação financeira da instituição interessada será efetivada pela apresentação do índice que mede a solvência dos bancos, denominado Índice de Basileia, devendo ser comprovado índice mínimo de 11% (onze por cento).

3.4.3. Para a presente contratação não há necessidade de apresentação de amostras ou vistoria, visto que se trata de serviço financeiro e a comprovação da capacidade técnica se dará primariamente pela autorização do BACEN e pela demonstração da infraestrutura tecnológica e operacional, bem como solidez financeira e patrimonial.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. A contratação será formalizada por contrato administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação interna aplicável no âmbito do TJTO.

4.2. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura, destinando-se o período inicial à implantação/transição e homologação.

4.2.1. O prazo indicado justifica-se pela natureza contínua e crítica do serviço (processamento e creditamento da folha), pela necessidade de estabilidade operacional, integração tecnológica, padronização de rotinas e mitigação do risco de descontinuidade, além de permitir adequada amortização de esforços de implantação e governança do serviço ao longo do tempo.

4.2.2. Por se tratar de serviço contínuo, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Na hipótese de prorrogação, a Contratada deverá apresentar nova oferta de outorga/contrapartida financeira, a qual não poderá ser inferior à praticada no período contratual anterior, sem prejuízo da verificação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLA – Service Level Agreement / Acordo de Nível de Serviço) e das demais condições contratuais.

4.3. O quantitativo indicado no item **1.7.1** possui natureza estimativa e poderá variar, para mais ou para menos, ao longo da vigência contratual, inclusive em razão de provimento de cargos efetivos, cargos em comissão, nomeações, exonerações, aposentadorias, pensões e demais eventos funcionais.

4.3.1. Para fins de dimensionamento do objeto, considera-se admissível a variação ordinária do quantitativo estimado de beneficiários em até 25% (vinte e cinco por cento) em relação ao quantitativo inicialmente indicado, sem descaracterização da contratação.

4.3.2. A variação de que trata este item deverá ser absorvida pela Contratada no âmbito da execução regular do objeto, ressalvada situação excepcional, devidamente comprovada, que demande reavaliação das condições contratuais na forma da legislação aplicável.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Com observância do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021 c/c art. 2º, do Anexo V, da IN n.º 04/2023 do TJTO, a execução do contrato deverá ser acompanhada pelos gestores e fiscais, titulares e substitutos, abaixo indicados:

Função	Servidores indicados	Matrícula
Gestor(a) do Contrato	Orlando Barbosa de Carvalho	204763
Gestor(a) Substituto(a)	Niceias Batista Coelho	264151
Fiscal do Contrato	Ildeu Batista Silva	361311
Fiscal Substituto(a)	Omar Bucar Neto	214171

5.2. Ao gestor caberá comunicar imediatamente à contratada qualquer falha apresentada no serviço prestado.

5.3. O gestor deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.4. Cabe ao gestor zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021, bem como da Instrução Normativa nº 6/2023 do Tribunal de Justiça do Tocantins.

5.6. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo e quantitativo, devendo ser anotado em registro próprio as falhas detectadas, comunicando ao gestor do contrato todas as ocorrências de quaisquer fatos que a seu critério exijam medidas corretivas por parte da contratada.

5.7. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações à contratada.

5.8. Demais atribuições e responsabilidades do gestor de contratos no âmbito do TJTO estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

5.9. Para estabelecer a comunicação entre a Contratante e a Contratada, é necessário que todas as requisições, solicitações e envios de documentos entre as partes, sejam oficializados através do e-mail: folpag@tjto.jus.br

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Informações Gerais

6.1.1. Os prazos serão contados a partir da assinatura do contrato, conforme cada etapa de implantação, transição e início da execução oficial dos serviços.

6.1.2. A Contratada deverá observar o Plano de Implantação e Transição Operacional e o cronograma detalhado de transição, apresentados e validados nos termos dos itens 6.1.3 e 7.2.7, devendo o prazo total para início da execução oficial dos serviços ser de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

6.1.2.1. O prazo previsto no subitem anterior deverá ser observado sem prejuízo da necessidade de garantir a continuidade do serviço de processamento da folha de pagamento, especialmente em razão do encerramento do Contrato nº 312/2021, previsto para 27/10/2026.

6.1.2.2. Caso a assinatura do contrato ocorra em data que exija implantação em prazo inferior a 60 (sessenta) dias corridos para evitar solução de continuidade, a Contratada deverá adequar o cronograma de implantação e transição, em conjunto com as unidades técnicas do TJTO, de modo a assegurar o início tempestivo da execução oficial dos serviços.

6.1.3. O cronograma de implantação e transição deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas e prazos máximos:

I – reunião de alinhamento inicial: até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para validação dos canais de comunicação, matriz de contatos, plano de contingência e diretrizes gerais da transição;

II – apresentação do Plano de Implantação e Transição Operacional: até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato;

III – validação do Plano de Implantação e Transição Operacional pelo TJTO: até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do plano;

IV – integração tecnológica e configuração de ambiente de testes: até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato;

V – homologação tecnológica: até 35 (trinta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, contemplando testes de remessa e retorno, validação de leiautes, testes de processamento de arquivos e testes de conciliação bancária;

VI – processamento piloto da folha: até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, com base em dados simulados ou replicados da folha real, para validação da consistência das informações, processamento dos créditos, geração de relatórios de retorno e estabilidade da integração;

VII – validação final da transição: até 55 (cinquenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, com confirmação da estabilidade da integração, revisão da base de beneficiários e reunião final de alinhamento operacional;

VIII – início da execução oficial dos serviços: até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, com o primeiro processamento oficial da folha pela instituição financeira contratada.

6.1.4. Após o início da execução oficial dos serviços, a Contratada deverá manter operação assistida por 2 (dois) ciclos de folha, período no qual a execução contratual será acompanhada de forma intensiva pela Administração, com monitoramento dos níveis

mínimos de serviço, tratamento de incidentes e ajustes operacionais necessários.

6.1.5. Os prazos de processamento, retorno, conciliação e tratamento de rejeições obedecerão ao SLA previsto no edital/contrato e no Anexo I deste Termo de Referência.

6.1.6. A Contratada assume responsabilidade integral por todas as atividades de sua alçada técnica, devendo garantir a integridade dos dados e a pontualidade dos créditos desde o primeiro ciclo operacional, mitigando riscos inerentes à migração de sistemas.

6.1.7. Por se tratar de serviço de centralização e processamento de créditos de folha de pagamento, realizado por meio de sistemas informatizados, o local de prestação é todo o território nacional, em ambiente online/eletrônico, devendo a Contratada assegurar disponibilidade operacional compatível com as janelas críticas de processamento e pagamento, bem como suporte para tratamento de incidentes, observados os níveis mínimos de serviço (SLA) previstos no edital/contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1. Deveres e responsabilidades do Contratante

7.1.1. Assegurar a disponibilidade financeira necessária à cobertura integral da folha de pagamento, promovendo, nos prazos pactuados, as providências internas indispensáveis para viabilizar o processamento e o creditamento tempestivo.

7.1.2. Disponibilizar à Contratada as informações e dados necessários à operacionalização do serviço, incluindo cadastro funcional e financeiro dos(as) beneficiários(as) e a indicação da conta-corrente ou conta-salário para recebimento, responsabilizando-se pela fidedignidade e atualização das informações encaminhadas.

7.1.3. Encaminhar mensalmente, por meio eletrônico e seguro, o arquivo/ordem de crédito da folha de pagamento, em formato e leiaute acordados, com a antecedência mínima definida no item **8.4.1** deste Termo de Referência, de modo a permitir o processamento e a efetivação dos créditos nas janelas críticas.

7.1.4. Fornecer e validar, em conjunto com a Contratada, os parâmetros, leiautes, rotinas e requisitos técnicos necessários à integração (inclusive alterações de leiaute ou de regras internas), promovendo os ajustes sob sua responsabilidade.

7.1.5. Participar da implantação/transição, indicando interlocutores técnicos (unidade de folha/TI/áreas correlatas), acompanhando testes, homologação e operação assistida, bem como aprovando o Plano de Implantação e Transição apresentado pela Contratada, quando cabível.

7.1.6. Designar gestor(a) e fiscal(is) do contrato (e substitutos), registrando ocorrências, demandando correções e adotando providências para regularização de falhas, sem prejuízo das competências administrativas internas.

7.1.7. Acompanhar implantação, testes/homologação, operação assistida e virada operacional, de modo a assegurar a continuidade do serviço, preferencialmente alinhada ao encerramento do contrato vigente.

7.1.8. Oficializar as comunicações com a Contratada por meio do SEI e do e-mail institucional definido, mantendo registro processual das solicitações, orientações, relatórios, ocorrências e deliberações.

7.1.9. Atestar o recebimento/aceite dos marcos de implantação e da execução mensal do serviço, conforme critérios previstos no TR/contrato, sempre que não houver impedimento imputável à Contratada.

7.1.10. Providenciar, por meio das unidades competentes, os procedimentos internos relativos ao recebimento, registro e classificação contábil/orçamentária da outorga/contrapartida financeira, quando aplicável, bem como sua destinação conforme disciplina interna (ex.: FUNJURIS, se previsto no processo).

7.1.11. Comunicar tempestivamente à Contratada qualquer fato superveniente que possa impactar a execução (mudanças de sistema de folha, calendário de pagamento, regras internas), articulando plano de mitigação quando necessário.

7.1.12. Responder, na forma da lei e perante os órgãos de controle, pela observância das regras formais, orçamentárias e contábeis sob sua competência, especialmente quanto à adequada formalização, registro e acompanhamento do ajuste.

7.2. Deveres e responsabilidade da Contratada

7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis ao objeto, inclusive normas BACEN/CMN pertinentes, bem como as disposições do edital, deste TR e do contrato.

7.2.2. Responsabilizar-se pelos danos causados ao TJTO ou a terceiros em razão da execução contratual, não sendo a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante aptos a excluir ou reduzir tal responsabilidade.

7.2.3. Centralizar e processar os créditos da folha de pagamento do TJTO e efetivar depósitos/transferências para conta-corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a), sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada.

7.2.4. Cumprir os prazos e níveis mínimos de serviço (SLA) definidos no edital/contrato, incluindo processamento, retorno/conciliação e tratamento de rejeições/pendências em janelas críticas.

7.2.5. Não cobrar do TJTO e/ou dos(as) beneficiários(as) quaisquer tarifas, encargos ou despesas bancárias relacionadas ao processamento/creditação e às transferências necessárias ao objeto, mantendo-se a isenção como requisito do modelo.

7.2.6. Manter sistemas e infraestrutura operacionais e de tecnologia da informação capazes de executar o objeto com qualidade, disponibilidade e rastreabilidade, disponibilizando ao TJTO, tempestivamente, as informações, relatórios e evidências necessárias ao acompanhamento e fiscalização (retornos, rejeições, conciliações e registros de ocorrências).

7.2.7. Apresentar, no prazo de até **10 (dez) dias corridos** após a assinatura do contrato, o Plano de Implantação e Transição Operacional, contendo, no mínimo, o cronograma da migração de dados, a integração de sistemas, os procedimentos de homologação, o processamento piloto, a operação assistida, os canais de escalonamento e o início efetivo da operação, a ser aprovado pelo TJTO.

7.2.8. Disponibilizar ambiente tecnológico de testes/homologação, quando aplicável, permitindo a validação de integrações e rotinas antes da entrada em produção, conforme cronograma pactuado.

7.2.9. Comunicar ao TJTO, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, qualquer intenção de alteração relevante em rotinas operacionais, canais de suporte ou forma de atendimento que possa impactar a execução, apresentando proposta alternativa para avaliação e aprovação do Tribunal.

7.2.10. Indicar preposto e canais de atendimento (incluindo canal de escalonamento para janelas críticas), bem como manter atualizados os contatos técnicos e operacionais para execução do objeto.

7.2.11. Garantir a segurança, integridade e sigilo das informações e dados a que tiver acesso, com estrita observância da LGPD e das normas de segurança da informação aplicáveis, vedada a divulgação ou repasse indevido a terceiros.

7.2.12. Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, incluindo a autorização de funcionamento pelo BACEN e a regularidade exigível.

7.2.13. Atender prontamente às determinações e solicitações do gestor/fiscais do contrato, prestando os esclarecimentos necessários e providenciando a imediata correção de deficiências apontadas pelo Contratante.

7.2.14. Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante qualquer anormalidade/irregularidade que comprometa ou possa comprometer a execução total ou parcial do objeto, indicando medidas de contenção e plano de ação.

7.2.15. Assumir todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive despesas com pessoal, tecnologia, tributos e encargos, não podendo repassá-los ao TJTO ou aos(às) beneficiários(as), salvo previsão expressa e justificada no edital/contrato.

7.2.16. Efetuar o pagamento da outorga/contrapartida financeira ao TJTO, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no edital/contrato, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de atraso ou inadimplemento.

7.2.17. Adotar práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, priorizando rotinas eletrônicas, redução de papel e eficiência operacional.

7.3. Pacote mínimo de serviços isentos aos beneficiários

7.3.1. A Contratada deverá assegurar aos(às) beneficiários(as) da folha de pagamento, sem cobrança de tarifas, no mínimo, os serviços essenciais vinculados ao recebimento de créditos salariais e à movimentação básica da conta utilizada para esse fim, observada a regulamentação aplicável do BACEN/CMN.

7.3.2. Sem prejuízo de outros serviços gratuitos previstos em norma, a Contratada deverá garantir, no mínimo:

I – abertura, manutenção e encerramento da conta utilizada para recebimento dos créditos, quando solicitada pelo(a)

beneficiário(a);

II – fornecimento da primeira via de cartão;

III – consultas de saldo e disponibilização de extratos;

IV – transferências necessárias à movimentação do crédito salarial, observada a regulamentação aplicável;

V – saques e demais serviços essenciais mínimos exigidos pela regulamentação bancária vigente.

7.3.3. A Contratada deverá apresentar previamente ao TJTO, no início da execução contratual, tabela atualizada contendo:

I – os serviços isentos e respectivas franquias mínimas;

II – os demais produtos e serviços eventualmente ofertados aos(às) beneficiários(as), com a indicação clara de tarifas e condições aplicáveis.

7.3.4. Eventuais alterações posteriores na tabela referida no subitem anterior deverão ser comunicadas formalmente ao TJTO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7.4. Histórico de pagamentos e prazo para resposta

7.4.1. A Contratada deverá manter histórico dos pagamentos processados e disponibilizar ao TJTO, quando solicitado, informações e relatórios referentes aos créditos efetuados, retornos, rejeições, conciliações e demais dados correlatos à execução contratual.

7.4.2. As solicitações do TJTO relativas a informações de pagamentos já processados deverão ser atendidas nos seguintes prazos máximos:

I – até **05 (cinco) dias corridos**, para informações relativas a créditos e processamentos recentes;

II – até **30 (trinta) dias corridos**, para informações referentes a períodos pretéritos que exijam pesquisa em bases históricas.

7.5. Bloqueios, falecimento e impedimentos legais ao crédito

7.5.1. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao TJTO a ocorrência de bloqueio judicial, restrição operacional ou qualquer determinação legal que impeça ou comprometa a efetivação do crédito na conta indicada pelo(a) beneficiário(a), informando a providência adotada e a situação do valor correspondente.

7.5.2. Constatado impedimento legal ao crédito, inclusive por falecimento do(a) beneficiário(a) ou por inconsistência impeditiva devidamente identificada, a Contratada deverá informar o TJTO e proceder ao estorno/devolução dos valores, na forma e no prazo definidos no cronograma operacional e na regulamentação aplicável.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Mecanismos de comunicação

8.1.1. Para estabelecer a comunicação entre a Contratante e a Contratada, é necessário que todas as requisições, solicitações e envios de documentos entre as partes, sejam oficializados através do e-mail: folpag@tjto.jus.br

8.1.2. A Contratada deverá indicar preposto e canal de contato institucional dedicado para tratativas operacionais, especialmente em janelas críticas (fechamento de folha), bem como para comunicação e registro de ocorrências que possam afetar prazos, continuidade do serviço ou segurança das informações.

8.1.3. Ocorrências relevantes (falhas, atrasos, rejeições críticas, incidentes de segurança) deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor/fiscal do contrato, no e-mail, indicando causa, impacto, medida de contenção e previsão de regularização.

8.2. Descrição da execução dos serviços

8.2.1. A Contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, atendimento presencial aos(às) beneficiários(as) do TJTO por meio de **agências físicas** localizadas em **Palmas, Araguaina e Gurupi**, sem prejuízo dos canais eletrônicos, telefônicos e demais meios de atendimento previstos contratualmente.

8.2.1.1. A exigência prevista no subitem anterior constitui condição de execução contratual, a ser comprovada pela licitante vencedora, e justifica-se pela necessidade de assegurar capilaridade mínima de atendimento presencial aos(às) magistrados(as), servidores(as) e pensionistas abrangidos pela folha de pagamento do TJTO.

8.2.2. A execução do objeto compreenderá, no mínimo, as seguintes rotinas/etapas:

- a) Recepção do arquivo/ordem de crédito da folha, por canal eletrônico seguro, no leiaute pactuado;
- b) Validações e processamento dos créditos;
- c) Efetivação dos depósitos/transferências para conta-corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a), sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada;
- d) Disponibilização de retorno do processamento (sucesso/rejeição) e relatórios operacionais;
- e) Conciliação e disponibilização de evidências de rastreabilidade;
- f) Tratamento de rejeições/pendências e reproprocessamentos, quando cabíveis;
- g) Suporte operacional e atendimento a incidentes, especialmente em janelas críticas de pagamento.

8.3. Prazos de execução do objeto

8.3.1. Os prazos serão contados a partir da assinatura do contrato, conforme cada etapa de implantação, transição e início da execução oficial dos serviços.

8.3.2. A Contratada deverá observar o Plano de Implantação e Transição Operacional e o cronograma detalhado de transição, apresentados e validados nos termos dos itens 6.1.3 e 7.2.7, devendo o prazo total para início da execução oficial dos serviços ser de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

8.3.2.1. O prazo previsto no subitem anterior deverá ser observado sem prejuízo da necessidade de garantir a continuidade do serviço de processamento da folha de pagamento, especialmente em razão do encerramento do Contrato nº 312/2021, previsto para 27/10/2026.

8.3.2.2. Caso a assinatura do contrato ocorra em data que exija implantação em prazo inferior a 60 (sessenta) dias corridos para evitar solução de continuidade, a Contratada deverá adequar o cronograma de implantação e transição, em conjunto com as unidades técnicas do TJTO, de modo a assegurar o início tempestivo da execução oficial dos serviços.

8.3.3. O cronograma de implantação e transição deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas e prazos máximos:

I – reunião de alinhamento inicial: até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para validação dos canais de comunicação, matriz de contatos, plano de contingência e diretrizes gerais da transição;

II – apresentação do Plano de Implantação e Transição Operacional: até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato;

III – validação do Plano de Implantação e Transição Operacional pelo TJTO: até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do plano;

IV – integração tecnológica e configuração de ambiente de testes: até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato;

V – homologação tecnológica: até 35 (trinta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, contemplando testes de remessa e retorno, validação de leiautes, testes de processamento de arquivos e testes de conciliação bancária;

VI – processamento piloto da folha: até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, com base em dados simulados ou replicados da folha real, para validação da consistência das informações, processamento dos créditos, geração de relatórios de retorno e estabilidade da integração;

VII – validação final da transição: até 55 (cinquenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, com confirmação da estabilidade da integração, revisão da base de beneficiários e reunião final de alinhamento operacional;

VIII – início da execução oficial dos serviços: até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, com o primeiro processamento oficial da folha pela instituição financeira contratada.

8.3.4. Após o início da execução oficial dos serviços, a Contratada deverá manter operação assistida por 2 (dois) ciclos de folha, período no qual a execução contratual será acompanhada de forma intensiva pela Administração, com monitoramento dos níveis mínimos de serviço, tratamento de incidentes e ajustes operacionais necessários.

8.3.5. Os prazos de processamento, retorno, conciliação e tratamento de rejeições obedecerão ao SLA previsto no edital/contrato e no Anexo I deste Termo de Referência.

8.4. Local e horário para execução do objeto

8.4.1. O TJTO encaminhará mensalmente o arquivo/ordem de crédito da folha, por canal eletrônico seguro, em formato e leiaute pactuados, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** da data prevista para o pagamento, sem prejuízo de cronograma específico a ser formalizado no Plano de Implantação e Transição.

8.4.2. Reuniões técnicas, alinhamentos e tratativas de implantação poderão ocorrer de forma remota ou presencial, conforme necessidade do TJTO, em Palmas/TO, em local indicado pela Administração.

8.4.3. O atendimento aos(as) beneficiários(as) deverá ocorrer pelos canais disponibilizados pela Contratada, inclusive por atendimento presencial nas agências físicas exigidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da utilização de canais eletrônicos, telefônicos e demais meios de atendimento disponíveis.

8.5. Forma de execução do objeto

8.5.1. Transição Operacional da Folha de Pagamento

8.5.1.1. O serviço será executado de modo integrado e contínuo, em regime de exclusividade, com centralização do processamento em uma única instituição, assegurada a dispersão/transferência para a conta indicada pelo beneficiário em qualquer instituição financeira, nos termos do item **7.2.3**.

8.5.1.2. Caso a instituição financeira vencedora do certame seja diferente da atualmente responsável pelo processamento da folha de pagamento do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, deverá ser elaborado Plano de Transição Operacional, a ser apresentado pela Contratada e aprovado pela Administração no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

8.5.1.3. O Plano deverá contemplar, no mínimo:

I – cronograma detalhado das atividades de implantação da solução;

II – definição das responsabilidades da instituição financeira contratada e das unidades técnicas do Tribunal envolvidas no processo de migração;

III – procedimentos para integração tecnológica entre os sistemas do Tribunal e os sistemas bancários da Contratada;

IV – procedimentos para migração segura das informações necessárias ao processamento da folha;

V – mecanismos de acompanhamento e monitoramento da implantação.

8.5.2. Homologação Tecnológica

8.5.2.1. Antes do início da execução do serviço, deverá ser realizado período de homologação tecnológica, com a finalidade de validar a integração entre os sistemas do Tribunal e os sistemas da instituição financeira contratada.

8.5.2.2. Durante esse período deverão ser realizados, no mínimo:

I – testes de integração de sistemas;

II – validação dos layouts de arquivos de remessa e retorno conforme padrões FEBRABAN;

III – testes de processamento de arquivos de pagamento;

IV – testes de conciliação bancária e geração de relatórios.

8.5.2.3. A homologação somente será considerada concluída após manifestação formal da área técnica competente do Tribunal.

8.5.3. Processamento Piloto da Folha

8.5.3.1. Antes do primeiro processamento oficial da folha de pagamento, deverá ser realizado processamento piloto, com base em dados simulados ou replicados da folha real, com a finalidade de validar:

I – consistência das informações transmitidas;

II – processamento correto dos créditos;

III – geração de relatórios de retorno e conciliação bancária;

IV – estabilidade da integração tecnológica.

8.5.3.2. Caso sejam identificadas inconsistências durante o processamento piloto, a Contratada deverá realizar os ajustes necessários antes do início da execução oficial do serviço.

8.5.4. Garantia de Continuidade e Monitoramento Intensivo

8.5.4.1. A instituição financeira contratada deverá adotar todas as providências necessárias para assegurar a continuidade e regularidade do processamento da folha, de modo a evitar atrasos ou inconsistências no pagamento de magistrados(as), servidores(as) e pensionistas.

8.5.4.2. Caso ocorram falhas operacionais durante a implantação ou execução do serviço, a Contratada deverá atuar imediatamente para sua correção, observando os prazos e níveis de serviço estabelecidos no contrato.

8.5.4.3. Durante o período de implantação e nos primeiros ciclos de processamento da folha, a execução contratual será acompanhada de forma intensiva pela Administração, podendo ser realizadas reuniões técnicas de acompanhamento com a instituição financeira contratada para avaliação da estabilidade operacional do serviço.

8.6. Cronograma de realização dos serviços

8.6.1. A contratada deverá apresentar cronograma detalhado de implantação e transição, compatível com o calendário de pagamento do TJTO e com o prazo de início previsto neste TR, contemplando, no mínimo:

- I - designação de preposto e canais dedicados;
- II - alinhamento do fluxo de remessa/retorno e conciliação;
- III - testes de integração e validação de arquivos/retornos;
- IV - operação assistida (primeiros ciclos) e estabilização; e
- V - formalização dos marcos operacionais para medição de SLA.

8.6.2. O cronograma será formalizado e acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, podendo ser ajustado por necessidade administrativa, sem alteração do objeto.

8.6.3. Quando a instituição financeira vencedora for diferente da atualmente responsável pelo processamento da folha, o cronograma de implantação/transição deverá observar, como referência de governança e mitigação de risco, a Linha do Tempo da Migração da Folha Bancária, constante do Anexo II, contemplando marcos mínimos de planejamento, integração, homologação, processamento piloto, validação final, primeiro processamento oficial e estabilização da operação.

8.6.4. A execução do contrato observará a Matriz de Governança constante do Anexo III, com distribuição clara de responsabilidades entre as unidades do TJTO e a instituição financeira contratada, inclusive quanto à implantação, integração, homologação, processamento piloto, conciliação, monitoramento do SLA, tratamento de incidentes e relatórios.

8.7. Previsão de recursos necessários para execução do contrato

8.7.1. Caberá à contratada prover os recursos materiais, tecnológicos, de segurança e de pessoal necessários ao processamento e à dispersão dos créditos, bem como suporte operacional compatível com a criticidade do serviço.

8.7.2. Caberá ao TJTO disponibilizar as informações e arquivos necessários ao processamento, bem como adotar as providências internas para liberação dos recursos financeiros e validações institucionais, conforme fluxo operacional definido.

8.8. Procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas

8.8.1. O intercâmbio de informações será realizado por meios eletrônicos, em layout/padrão compatível com os sistemas do TJTO, admitindo-se padrão de mercado (ex.: CNAB 240 ou tecnicamente equivalente) ou outro formato acordado, desde que assegurada a integridade, segurança e rastreabilidade.

8.8.2. As rotinas deverão contemplar controles mínimos de validação, registro de processamento, identificação de ocorrências e emissão de relatórios de retorno/conciliação, em nível suficiente para permitir conferência e auditoria pelo TJTO.

8.9. Prazos e condições para recebimento provisório e definitivo

8.9.1. Concluídas a homologação tecnológica e a execução do processamento piloto, a fiscalização emitirá, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, relatório detalhado no SEI, atestando o recebimento provisório da fase de implantação/transição, conforme Anexo IV, com base, no mínimo, nas seguintes evidências:

- I – homologação concluída;
- II – processamento piloto executado e validado;
- III – integração entre os sistemas aprovada;
- IV – relatórios de retorno e conciliação gerados e conferidos;
- V – evidências iniciais de atendimento aos níveis mínimos de serviço.

8.9.2. Realizada a virada operacional e transcorrido o período de operação assistida por 2 (dois) ciclos de folha, sem ocorrência impeditiva imputável à Contratada, o gestor emitirá, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, termo detalhado de recebimento definitivo da fase de implantação/transição no SEI, conforme Anexo V, com base:

- I – no relatório de recebimento provisório;
- II – nas evidências de cumprimento do SLA no período;
- III – nos relatórios de retorno e conciliação; e
- IV – nos registros de incidentes e respectivas tratativas.

8.9.3. Considerando a natureza de serviço contínuo, o TJTO realizará recebimento provisório mensal, por competência, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após a disponibilização dos relatórios de processamento, evidências de SLA, registros de ocorrências e conciliação do período.

8.9.4. O recebimento definitivo da execução mensal ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, desde que concluída a validação do ciclo correspondente e resolvidas as pendências registradas.

8.9.5. Havendo pendências, inconsistências ou necessidade de diligências complementares, o prazo de recebimento definitivo ficará suspenso até o saneamento pela Contratada, sem prejuízo da apuração de eventual descumprimento de SLA ou obrigação contratual.

8.9.6. Em situações excepcionais devidamente justificadas no processo, o recebimento definitivo da execução mensal não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório.

8.9.7. Os recebimentos provisório e definitivo serão formalizados em consonância com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação interna aplicável, com emissão de relatório detalhado pela fiscalização e termo detalhado pelo gestor, ambos juntados ao SEI.

8.10. Condições para substituição ou refazimento durante a fiscalização

8.10.1. Identificada execução em desconformidade (ex.: falha de processamento, inconsistência imputável à contratada, relatórios incompletos ou divergências), a contratada deverá refazer a etapa necessária (inclusive reprocessar/remeter retornos/relatórios corretos), sem ônus ao TJTO, no prazo definido pelo Fiscal, compatível com a criticidade e com o calendário de pagamento.

8.10.2. O reprocessamento não afasta a apuração de descumprimento de SLA e demais consequências previstas no TR e no contrato.

8.11. Prazo de garantia ou de validade

8.11.1. Por se tratar de serviço contínuo, a contratada garante a plena operacionalidade, suporte e correção de falhas durante toda a vigência contratual, sem custos adicionais ao TJTO no escopo do objeto.

8.12. Condições e prazos para refazimento durante a garantia

8.12.1. Durante a vigência, constatadas falhas técnicas/operacionais relacionadas ao serviço, a contratada deverá adotar providências corretivas e, quando cabível, reprocessar/refazer etapas necessárias, garantindo a continuidade do pagamento e a regularização das ocorrências, nos prazos compatíveis com a criticidade e com os SLAs pactuados.

8.13. Condições prévias à assinatura do contrato

8.13.1. A contratada deverá comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e para a manutenção contratual, o atendimento das seguintes condições:

8.13.1.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão;

8.13.1.2. Não ter sido condenada, a contratada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1.0. Para fins de aplicação das multas previstas neste tópico, considera-se como valor do contrato o valor da outorga/contrapartida financeira ofertada pela vencedora e devida ao TJTO, nos termos do item **10.2**.

9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem **9.1.2** que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens **9.1.1**, **9.1.2** ou **9.1.3** a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado no adimplemento de obrigação contratual sujeitará a empresa contratada à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor do contrato definido no subitem **9.1.0** ou, quando mais adequado ao caso concreto, o valor da obrigação inadimplida, a critério do Contratante:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o Contratante a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação exigida para habilitação/manutenção das condições de habilitação e qualificação, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições que ensejaram a contratação, sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e às demais sanções cabíveis, assegurado o contraditório, podendo o Contratante fixar prazo para saneamento quando a irregularidade for sanável.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado sujeitará a Contratada ao disposto nos incisos I e II do subitem **9.1.4**.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do Contratante, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções.

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens **9.1.5** e **9.1.9**, desta cláusula, a critério do Contratante, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. O somatório das multas aplicadas, observado o devido processo, não poderá superar 30% (trinta por cento) do valor do contrato (definido no subitem **9.1.0**), sem prejuízo da apuração de perdas e danos e das demais sanções administrativas cabíveis.

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Contratante;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem **9.1.13** deste Termo de Referência;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será recolhida ao FUNJURIS por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária. Quando houver valores a serem restituídos à Contratada, inclusive na hipótese do item **10.2.2**, poderá ser avaliada a compensação, mediante instrução no SEI e observância das regras legais aplicáveis.

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores a valores eventualmente devidos à Contratada (inclusive restituições previstas contratualmente), a diferença será cobrada administrativamente e, se necessário, judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Do TJTO para a Contratada

10.1.1. Não haverá desembolso financeiro por parte do TJTO para a execução do objeto, tendo em vista que a prestação do serviço de centralização e processamento dos créditos da folha de pagamento e a efetivação dos depósitos/transferências ocorrerão sem ônus para o Tribunal, conforme condições deste Termo de Referência e do instrumento convocatório.

10.1.2. É vedada a cobrança, pela Contratada, de tarifas, encargos ou quaisquer valores ao TJTO e/ou aos(às) beneficiários(as) relacionados ao processamento/creditamento e às transferências necessárias à execução do objeto, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente previstas e justificadas no edital/contrato (se houver).

10.2. Da Contratada para o TJTO (Outorga/Contrapartida Financeira)

10.2.1. A licitante vencedora realizará o pagamento ao TJTO do valor da outorga/contrapartida financeira apurado pela fórmula de conversão, a partir do menor Lance Convertido – LC registrado no Comprasgov, observado o disposto no edital e no contrato.

10.2.2. O pagamento da outorga deverá ocorrer em parcela única, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato, mediante depósito/transferência para a conta indicada pelo TJTO. O referido pagamento deverá ser restituído à Contratada, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC, de forma proporcional ao tempo decorrido, na hipótese de rescisão contratual antecipada por parte da Contratante.

10.2.3. A comprovação do pagamento deverá ser apresentada pela Contratada ao gestor/fiscal do contrato, com juntada no processo SEI após a operação bancária.

10.2.4. O atraso injustificado no pagamento da outorga sujeitará a Contratada às penalidades previstas no item **9** deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

10.2.5. O não pagamento da outorga no prazo previsto no item **10.2.2** caracterizará inadimplemento contratual, incidindo, desde o vencimento, a multa moratória prevista no item **9**. Persistindo o atraso por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis, incidirá, ainda, multa

compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da outorga, atualizado pela taxa SELIC desde o vencimento até o efetivo pagamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

10.2.6. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

11.1. Considerando que o presente ajuste não envolve preço a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pela execução do objeto, não se aplica reajuste de preços (reajustamento em sentido estrito) nem repactuação, por inexistir obrigação pecuniária do TJTO a ser atualizada em favor da Contratada.

11.2. A outorga/contrapartida financeira devida pela CONTRATADA ao CONTRATANTE (itens **10.2.1** e **10.2.2**), por decorrer do resultado do certame apurado pelo critério de menor preço, com conversão em maior outorga/contrapartida financeira, possui natureza fixa, não se sujeitando a reajuste durante a vigência contratual.

11.3. A previsão do item **10.2.2** (restituição proporcional à Contratada, com atualização pela taxa SELIC, na hipótese de rescisão contratual antecipada por iniciativa do CONTRATANTE) não configura reajuste, tratando-se de regra de devolução/restituição de valor pago antecipadamente, aplicável apenas na hipótese ali descrita, nos termos do edital/contrato.

11.4. Eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, quando cabível e devidamente comprovada, será tratada por meio dos instrumentos próprios (revisão/alteração contratual), observada a matriz de riscos, a legislação aplicável e a motivação formal no processo, sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLA) e das demais obrigações contratuais.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Esta contratação, sendo de natureza predominantemente tecnológica e de serviço financeiro, está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e às Resoluções do CNJ.

12.2. A operacionalização do serviço por meios eletrônicos (rotinas digitais de remessa/retorno, relatórios e comprovações em formato eletrônico, comunicação institucional digital e atendimento remoto quando aplicável) tende a reduzir o consumo de papel, deslocamentos e demais insumos associados a procedimentos físicos, contribuindo para a racionalização de recursos naturais e para a eficiência administrativa.

12.3. No âmbito da execução contratual, serão estimuladas práticas de sustentabilidade pela instituição financeira, especialmente: (i) priorização de processos e documentos digitais; (ii) adoção de rotinas de eficiência energética e redução de resíduos em suas unidades de atendimento vinculadas ao contrato; e (iii) compromisso com políticas de integridade e governança e com ações de responsabilidade socioambiental, sem prejuízo dos requisitos técnicos e de qualidade do objeto.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A natureza dos serviços a serem executados não apresenta grau elevado de complexidade, que justifiquem a exigência de garantia contratual, não havendo risco relevante ao fiel cumprimento das obrigações assumidas, razão pela qual, não será exigida garantia contratual para a execução do objeto.

13.2. A imposição de garantia contratual poderia restringir a participação de potenciais concorrentes, comprometendo a competitividade do certame e contrariando os princípios da ampla concorrência e da vantajosidade previstos na legislação vigente.

ANEXO I — NÍVEIS DE SERVIÇO (Service Level Agreement – SLA)

1. Definição dos Níveis de Serviço

A instituição financeira contratada deverá garantir padrões mínimos de desempenho na execução dos serviços de processamento da folha de pagamento, observando os níveis de serviço estabelecidos nesta cláusula, com o objetivo de assegurar continuidade, confiabilidade e tempestividade na liquidação dos créditos.

2. Prazo de Processamento dos Créditos

A Contratada deverá assegurar que os créditos referentes à folha de pagamento sejam processados dentro dos seguintes prazos máximos:

I – até 24 (vinte e quatro) horas para crédito em contas mantidas na própria instituição financeira contratada;

II – até 72 (setenta e duas) horas para transferências destinadas a contas mantidas em outras instituições financeiras indicadas pelos beneficiários.

Os prazos acima constituem limites máximos operacionais e deverão ser executados **sem prejuízo do calendário oficial de pagamento do TJTO**, devendo a Contratada adotar os meios necessários para assegurar o **creditamento na data definida pela Contratante** (cronograma pactuado), especialmente nas janelas críticas.

3. Disponibilidade dos Sistemas

A instituição financeira deverá garantir disponibilidade mínima de 99% (noventa e nove por cento) dos sistemas utilizados para processamento, transmissão e retorno de informações relacionadas à folha de pagamento.

Nos casos de indisponibilidade programada, a Contratada deverá comunicar previamente à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

4. Prazos para Correção de Incidentes

Em caso de falhas operacionais ou inconsistências identificadas no processamento da folha de pagamento, a instituição financeira deverá observar os seguintes prazos para resolução:

I – incidentes críticos que possam comprometer o pagamento da folha: correção imediata ou no prazo máximo de 4 horas;

II – inconsistências de processamento ou divergência de dados: correção no prazo máximo de 24 horas;

III – falhas operacionais não críticas: correção no prazo máximo de 48 horas.

5. Monitoramento e Relatórios

A instituição financeira deverá disponibilizar à Administração relatórios e informações que permitam acompanhar a execução dos serviços, incluindo:

I – relatórios de processamento da folha de pagamento;

II – relatórios de retorno e conciliação bancária;

III – registros de incidentes operacionais ocorridos e respectivas providências adotadas.

6. Descumprimento dos Níveis de Serviço

O descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

7. Melhoria Contínua

A instituição financeira contratada deverá adotar medidas contínuas de aprimoramento dos serviços prestados, visando manter níveis elevados de eficiência operacional, segurança da informação e qualidade no atendimento às demandas da Administração.

ANEXO II — LINHA DO TEMPO DA MIGRAÇÃO DA FOLHA BANCÁRIA

A presente linha do tempo tem por finalidade orientar a implantação, transição operacional e início da execução oficial dos serviços de centralização, processamento e creditamento da folha de pagamento do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, observando o prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

As etapas abaixo poderão ser antecipadas ou executadas de forma concomitante, desde que preservadas a segurança da informação, a integridade dos dados, a adequada homologação tecnológica e a continuidade do serviço de pagamento da folha, especialmente em razão do encerramento do Contrato nº 312/2021, previsto para 27/10/2026.

D+0 — Assinatura do contrato e início da contagem do prazo

Formalização do contrato administrativo e início da contagem do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para início da execução oficial dos serviços.

Responsáveis: TJTO e Instituição Financeira Contratada.

D+5 — Reunião de alinhamento inicial

Realização de reunião inicial entre o TJTO e a instituição financeira contratada, com a finalidade de alinhar as diretrizes da implantação, validar os canais de comunicação, definir matriz de contatos, estabelecer canais de escalonamento, tratar do plano de contingência e orientar a elaboração do Plano de Implantação e Transição Operacional.

Responsáveis: Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, DIGEP, DTINF, DIFIN e Instituição Financeira Contratada.

D+10 — Apresentação do Plano de Implantação e Transição Operacional

Apresentação, pela instituição financeira contratada, do Plano de Implantação e Transição Operacional, contemplando, no mínimo, cronograma detalhado, responsabilidades das partes, procedimentos de integração tecnológica, rotinas de remessa e retorno, migração segura das informações, homologação, processamento piloto, operação assistida, plano de contingência e início efetivo da operação.

Responsáveis: Instituição Financeira Contratada, com acompanhamento do Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, DIGEP, DTINF e DIFIN.

D+15 — Validação do Plano de Implantação e Transição Operacional

Análise e validação do Plano de Implantação e Transição Operacional pelas unidades técnicas do TJTO, com indicação de ajustes, se necessários, para assegurar aderência ao calendário de pagamento, aos requisitos técnicos, aos níveis mínimos de serviço e às rotinas institucionais de processamento da folha.

Responsáveis: Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, DIGEP, DTINF e DIFIN.

D+20 — Integração tecnológica e configuração do ambiente de testes

Troca e validação inicial dos leiautes de arquivos de remessa e retorno, configuração de ambiente de testes, definição dos canais seguros de transmissão, parametrização das rotinas operacionais e início da integração entre os sistemas do TJTO e da instituição financeira contratada.

Responsáveis: DTINF e Instituição Financeira Contratada, com apoio da DIGEP e acompanhamento do Gestor/Fiscal do Contrato.

D+35 — Homologação tecnológica

Execução dos testes de integração, validação dos leiautes de remessa e retorno, testes de processamento de arquivos, geração de relatórios de retorno, testes de conciliação bancária, verificação de rastreabilidade e saneamento das inconsistências técnicas identificadas.

A homologação somente será considerada concluída após manifestação formal da área técnica competente do TJTO.

Responsáveis: DTINF, DIGEP, DIFIN e Instituição Financeira Contratada, com acompanhamento do Gestor/Fiscal do Contrato.

D+45 — Processamento piloto da folha

Realização de processamento piloto, com base em dados simulados ou replicados da folha real, para validação da consistência das informações transmitidas, correto processamento dos créditos, geração de relatórios de retorno e conciliação, tratamento de rejeições e estabilidade da integração tecnológica.

Eventuais inconsistências deverão ser corrigidas pela instituição financeira contratada antes da validação final da transição.

Responsáveis: DIGEP, DTINF, DIFIN e Instituição Financeira Contratada, com acompanhamento do Gestor/Fiscal do Contrato.

D+55 — Validação final da transição

Realização de reunião final de validação da transição, com confirmação da estabilidade da integração, revisão da base de beneficiários, validação dos relatórios de retorno e conciliação, confirmação dos canais de suporte e escalonamento e autorização para a virada operacional.

Responsáveis: Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, DIGEP, DTINF, DIFIN e Instituição Financeira Contratada.

D+60 — Início da execução oficial dos serviços

Realização do primeiro processamento oficial da folha de pagamento pela instituição financeira contratada, com efetivação dos créditos aos(às) beneficiários(as), observados o calendário de pagamento do TJTO, os níveis mínimos de serviço e os procedimentos de acompanhamento definidos no contrato.

Responsáveis: Instituição Financeira Contratada, DIGEP, DTINF, DIFIN, Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato.

Após o início oficial — Operação assistida e estabilização

Após o primeiro processamento oficial, a instituição financeira contratada deverá manter operação assistida por 2 (dois) ciclos de folha, período em que a execução será acompanhada de forma intensiva pela Administração, com monitoramento dos níveis mínimos de serviço, tratamento de incidentes, avaliação de relatórios, conciliação bancária e ajustes operacionais necessários.

Responsáveis: Gestor do Contrato, Fiscal do Contrato, DIGEP, DTINF, DIFIN e Instituição Financeira Contratada.

ANEXO III — MATRIZ DE GOVERNANÇA DA EXECUÇÃO DA FOLHA BANCÁRIA**1. Objetivo**

Estabelecer a distribuição clara de responsabilidades entre as unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a instituição financeira contratada, assegurando governança adequada na execução dos serviços de processamento da folha de pagamento.

2. Matriz de Responsabilidades (referência)

Atividade	DIGEP	DTINF	DIFIN	Gestor do Contrato	Fiscal do Contrato	Instituição Financeira
Planejamento da implantação	Apoio	Apoio técnico	Apoio	Coordenação	—	Execução
Elaboração do plano de transição operacional	Participação	Participação	Apoio	Coordenação	—	Execução
Integração tecnológica entre sistemas	Apoio	Coordenação técnica	—	Acompanhamento	—	Execução
Homologação tecnológica	Participação	Coordenação técnica	—	Acompanhamento	—	Execução
Testes de remessa e retorno	Participação	Coordenação técnica	Apoio	Acompanhamento	—	Execução
Processamento piloto da folha	Coordenação	Apoio técnico	Apoio	Acompanhamento	—	Execução
Validação da base de beneficiários	Coordenação	Apoio	Apoio	Acompanhamento	—	Apoio
Processamento da folha de pagamento	Coordenação	Apoio técnico	Apoio	Acompanhamento	Fiscalização	Execução
Conciliação bancária	Apoio	—	Coordenação	Acompanhamento	Fiscalização	Apoio
Monitoramento dos níveis de serviço (SLA)	Apoio	Apoio	Apoio	Coordenação	Fiscalização	Execução
Tratamento de incidentes operacionais	Apoio	Apoio técnico	Apoio	Coordenação	Fiscalização	Execução
Relatórios de execução contratual	Apoio	—	Apoio	Coordenação	Fiscalização	Execução
Aplicação de medidas contratuais	—	—	—	Coordenação	Apoio	—

ANEXO IV**MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****SERVIÇOS (Implantação/Transição e Homologação)**

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este FISCAL encerrou os trabalhos de análise para fim de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto no Contrato n° _____/_____ (ou Nota

de Empenho n° _____/_____), do Processo n° _____. Tendo assim procedido, este(a) Fiscal conferiu os serviços executados e ATESTOU, juntamente com o representante da Contratada, o RECEBIMENTO PROVISÓRIO da fase de implantação/transição e homologação tecnológica do objeto contratual, sem (ou com) as seguintes ressalvas:

1. CRITÉRIOS DE ACEITE (Implantação/Transição e Homologação)

- 1.1. Homologação tecnológica concluída, com validação formal da área técnica competente do TJTO (manifestação no SEI);
- 1.2. Layouts/rotinas de remessa e retorno validados (padrão pactuado) e integração operacional aprovada;
- 1.3. Relatórios mínimos de retorno e conciliação disponibilizados e validados para fins de rastreabilidade;
- 1.4. Evidências iniciais de SLA aplicáveis à fase (disponibilidade, tempos de retorno, registros de incidentes, quando houver).

2. RESSALVAS (quando houver):

- 2.1. (listar as discrepâncias/pendências, quando houver)
- 2.2. (listar)

Palmas, ____ de _____ de ____.

Fiscal

Representante

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

SERVIÇOS (Virada Operacional e Operação Assistida / Estabilização)

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, este GESTOR, declara, para os devidos fins, que recebe definitivamente, juntamente com o representante da Contratada,

RECEBIMENTO DEFINITIVO, do objeto previsto no Contrato nº ____/____ (ou Nota de Empenho nº ____/____), do Processo nº _____, referente à execução dos serviços de centralização e processamento dos créditos da folha de pagamento do TJTO, com efetivação de depósitos/transferências aos(às) beneficiários(as), nos termos do Termo de Referência.

1. CRITÉRIOS DE ACEITE (Recebimento Definitivo)

- 1.1. Processamento piloto executado e aprovado, com validação de consistência das informações, processamento correto e estabilidade da integração;
- 1.2. Virada operacional realizada, com o primeiro processamento oficial da folha, conforme cronograma pactuado;
- 1.3. Operação assistida concluída por 2 ciclos, sem ocorrência impeditiva imputável à Contratada;
- 1.4. Evidências de cumprimento do SLA no período (disponibilidade, prazos de processamento/retorno, prazos de correção de incidentes);
- 1.5. Relatórios de retorno e conciliação entregues e validados, incluindo tratamento de rejeições/pendências e registros de ocorrências.

2. RESSALVAS (quando houver):

- 2.1. (listar as ressalvas, quando houver)
- 2.2. (listar)

Palmas, ____ de _____ de _____.

Gestor

Representante

Identificação do solicitante:

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/202__
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__
PROCESSO 26.0.00002227-5

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a **contratação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em caráter de exclusividade quanto ao processamento/centralização, para a prestação de serviços contínuos e integrados de centralização, processamento e pagamento dos créditos relativos à folha salarial e demais verbas de natureza remuneratória/indenizatória devidas a magistrados e servidores (ativos, inativos, cedidos e disponibilizados), bem como pensionistas civis do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).**

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR	VALOR TOTAL
------	-----------	------	-------	-------	-------------

Valor Total					

1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 26.0.000002227-5, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico - nº ____/202_, do CONTRATANTE;

1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de ____, de 202_ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.3. A contratação do objeto deste Contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.

2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE estão disciplinados no Termo de Referência.

3.2. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme discriminado em sua proposta e neste contrato.

4.2. O início da execução oficial dos serviços se dará em até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, com o primeiro processamento oficial da folha pela instituição financeira contratada.

4.3. O cronograma de implantação e transição deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas e prazos máximos:

I – reunião de alinhamento inicial: até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para validação dos canais de comunicação, matriz de contatos, plano de contingência e diretrizes gerais da transição;

II – apresentação do Plano de Implantação e Transição Operacional: até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato;

III – validação do Plano de Implantação e Transição Operacional pelo TJTO: até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do plano;

IV – integração tecnológica e configuração de ambiente de testes: até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato;

V – homologação tecnológica: até 35 (trinta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, contemplando testes de remessa e retorno, validação de leiautes, testes de processamento de arquivos e testes de conciliação bancária;

VI – processamento piloto da folha: até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, com base em dados simulados ou replicados da folha real, para validação da consistência das informações, processamento dos créditos, geração de relatórios de retorno e estabilidade da integração;

VII – validação final da transição: até 55 (cinquenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, com confirmação da estabilidade da integração, revisão da base de beneficiários e reunião final de alinhamento operacional;

VIII – início da execução oficial dos serviços: até 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, com o primeiro processamento oficial da folha pela instituição financeira contratada.

4.4. A execução do objeto compreenderá, no mínimo, as seguintes rotinas/etapas:

a) Recepção do arquivo/ordem de crédito da folha, por canal eletrônico seguro, no leiaute pactuado;

b) Validações e processamento dos créditos;

- c) Efetivação dos depósitos/transferências para conta-corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a), sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada;
- d) Disponibilização de retorno do processamento (sucesso/rejeição) e relatórios operacionais;
- e) Conciliação e disponibilização de evidências de rastreabilidade;
- f) Tratamento de rejeições/pendências e reprocessamentos, quando cabíveis;
- g) Suporte operacional e atendimento a incidentes, especialmente em janelas críticas de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO:

5.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

5.2. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

5.2.1. Provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após concluídas a homologação tecnológica e a execução do processamento piloto.

5.2.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da expedição do termo de recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

5.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este contrato:

5.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA:

6.1. Não se aplica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

7.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

8.1. Esta contratação, sendo de natureza predominantemente tecnológica e de serviço financeiro, está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e às Resoluções do CNJ.

8.2. A operacionalização do serviço por meios eletrônicos (rotinas digitais de remessa/retorno, relatórios e comprovações em formato eletrônico, comunicação institucional digital e atendimento remoto quando aplicável) tende a reduzir o consumo de papel, deslocamentos e demais insumos associados a procedimentos físicos, contribuindo para a racionalização de recursos naturais e para a eficiência administrativa.

8.3. No âmbito da execução contratual, serão estimuladas práticas de sustentabilidade pela instituição financeira, especialmente: (i) priorização de processos e documentos digitais; (ii) adoção de rotinas de eficiência energética e redução de resíduos em suas unidades de atendimento vinculadas ao contrato; e (iii) compromisso com políticas de integridade e governança e com ações de responsabilidade socioambiental, sem prejuízo dos requisitos técnicos e de qualidade do objeto.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR:

9.1. O valor deste contrato é de **R\$**_____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO:

10.1. Não haverá desembolso financeiro por parte do TJTO para a execução do objeto, tendo em vista que a prestação do serviço de centralização e processamento dos créditos da folha de pagamento e a efetivação dos depósitos/transferências ocorrerão sem ônus para o Tribunal, conforme condições do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

10.2. É vedada a cobrança, pela Contratada, de tarifas, encargos ou quaisquer valores ao TJTO e/ou aos(às) beneficiários(as) relacionados ao processamento/creditamento e às transferências necessárias à execução do objeto, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente previstas e justificadas no edital/contrato (se houver).

10.3. A licitante vencedora realizará o pagamento ao TJTO do valor da outorga/contrapartida financeira apurado pela fórmula de conversão, observado o disposto neste edital e no contrato.

10.4. O pagamento da outorga deverá ocorrer em parcela única, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do contrato, mediante depósito/transferência para a conta indicada pelo TJTO. O referido pagamento deverá ser restituído à Contratada, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC, de forma proporcional ao tempo decorrido, na hipótese de rescisão contratual antecipada por parte da Contratante.

10.5. A comprovação do pagamento deverá ser apresentada pela Contratada ao gestor/fiscal do contrato, com juntada no processo SEI após a operação bancária.

10.6. O atraso injustificado no pagamento da outorga sujeitará a Contratada às penalidades previstas no item 9 do Termo de Referência, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

10.7. O não pagamento da outorga no prazo previsto no item 10.3 caracterizará inadimplemento contratual, incidindo, desde o vencimento, a multa moratória prevista no item 9 do Termo de Referência. Persistindo o atraso por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis, incidirá, ainda, multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da outorga, atualizado pela taxa SELIC desde o vencimento até o efetivo pagamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

10.8. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO REAJUSTE:

11.1.Considerando que o presente ajuste não envolve preço a ser pago pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pela execução do objeto, não se aplica reajuste de preços (reajustamento em sentido estrito) nem repactuação, por inexistir obrigação pecuniária do TJTO a ser atualizada em favor da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

12.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;

13.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

14.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

15.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

13.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

13.1.6. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

13.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

13.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.9. Centralizar e processar os créditos da folha de pagamento do TJTO e efetivar depósitos/transferências para conta-corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a), sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada.

13.1.10. Cumprir os prazos e níveis mínimos de serviço (SLA) definidos no edital/contrato, incluindo processamento, retorno/conciliação e tratamento de rejeições/pendências em janelas críticas.

13.1.11. Não cobrar do TJTO e/ou dos(as) beneficiários(as) quaisquer tarifas, encargos ou despesas bancárias relacionadas ao processamento/creditamento e às transferências necessárias ao objeto, mantendo-se a isenção como requisito do modelo.

13.1.12. Manter sistemas e infraestrutura operacionais e de tecnologia da informação capazes de executar o objeto com qualidade, disponibilidade e rastreabilidade, disponibilizando ao TJTO, tempestivamente, as informações, relatórios e evidências necessárias ao acompanhamento e fiscalização (retornos, rejeições, conciliações e registros de ocorrências).

13.1.13. Apresentar, no prazo de até **10 (dez) dias corridos** após a assinatura do contrato, o Plano de Implantação e Transição Operacional, contendo, no mínimo, o cronograma da migração de dados, a integração de sistemas, os procedimentos de homologação, o processamento piloto, a operação assistida, os canais de escalonamento e o início efetivo da operação, a ser aprovado pelo TJTO.

13.1.14. Disponibilizar ambiente tecnológico de testes/homologação, quando aplicável, permitindo a validação de integrações e rotinas antes da entrada em produção, conforme cronograma pactuado.

13.1.15. Comunicar ao TJTO, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, qualquer intenção de alteração relevante em rotinas operacionais, canais de suporte ou forma de atendimento que possa impactar a execução, apresentando proposta alternativa para avaliação e aprovação do Tribunal.

13.1.16. Indicar preposto e canais de atendimento (incluindo canal de escalonamento para janelas críticas), bem como manter atualizados os contatos técnicos e operacionais para execução do objeto.

13.1.17. Garantir a segurança, integridade e sigilo das informações e dados a que tiver acesso, com estrita observância da LGPD e das normas de segurança da informação aplicáveis, vedada a divulgação ou repasse indevido a terceiros.

13.1.18. Manter, durante toda a vigência, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, incluindo a autorização de funcionamento pelo BACEN e a regularidade exigível.

13.1.19. Atender prontamente às determinações e solicitações do gestor/fiscais do contrato, prestando os esclarecimentos necessários e providenciando a imediata correção de deficiências apontadas pelo Contratante.

13.1.20. Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante qualquer anormalidade/irregularidade que comprometa ou possa comprometer a execução total ou parcial do objeto, indicando medidas de contenção e plano de ação.

13.1.21. Assumir todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, inclusive despesas com pessoal, tecnologia, tributos e encargos, não podendo repassá-los ao TJTO ou aos(às) beneficiários(as), salvo previsão expressa e justificada no edital/contrato.

13.1.22. Efetuar o pagamento da outorga/contrapartida financeira ao TJTO, conforme prazo, forma e condições estabelecidos neste edital, sujeitando-se às penalidades previstas em caso de atraso ou inadimplemento.

13.1.23. Adotar práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, priorizando rotinas eletrônicas, redução de papel e eficiência operacional.

13.2. Pacote mínimo de serviços isentos aos beneficiários

13.2.1. A Contratada deverá assegurar aos(às) beneficiários(as) da folha de pagamento, sem cobrança de tarifas, no mínimo, os serviços essenciais vinculados ao recebimento de créditos salariais e à movimentação básica da conta utilizada para esse fim, observada a regulamentação aplicável do BACEN/CMN.

13.2.2. Sem prejuízo de outros serviços gratuitos previstos em norma, a Contratada deverá garantir, no mínimo:

I – abertura, manutenção e encerramento da conta utilizada para recebimento dos créditos, quando solicitada pelo(a) beneficiário(a);

II – fornecimento da primeira via de cartão;

III – consultas de saldo e disponibilização de extratos;

IV – transferências necessárias à movimentação do crédito salarial, observada a regulamentação aplicável;

V – saques e demais serviços essenciais mínimos exigidos pela regulamentação bancária vigente.

13.2.3. A Contratada deverá apresentar previamente ao TJTO, no início da execução contratual, tabela atualizada contendo:

I – os serviços isentos e respectivas franquias mínimas;

II – os demais produtos e serviços eventualmente ofertados aos(às) beneficiários(as), com a indicação clara de tarifas e condições aplicáveis.

13.2.4. Eventuais alterações posteriores na tabela referida no subitem anterior deverão ser comunicadas formalmente ao TJTO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.3. Histórico de pagamentos e prazo para resposta

13.3.1. A Contratada deverá manter histórico dos pagamentos processados e disponibilizar ao TJTO, quando solicitado, informações e relatórios referentes aos créditos efetuados, retornos, rejeições, conciliações e demais dados correlatos à execução contratual.

13.3.2. As solicitações do TJTO relativas a informações de pagamentos já processados deverão ser atendidas nos seguintes prazos máximos:

I – até **05 (cinco) dias corridos**, para informações relativas a créditos e processamentos recentes;

II – até **30 (trinta) dias corridos**, para informações referentes a períodos pretéritos que exijam pesquisa em bases históricas.

13.4. Bloqueios, falecimento e impedimentos legais ao crédito

13.4.1. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao TJTO a ocorrência de bloqueio judicial, restrição operacional ou qualquer determinação legal que impeça ou comprometa a efetivação do crédito na conta indicada pelo(a) beneficiário(a), informando a providência adotada e a situação do valor correspondente.

13.4.2. Constatado impedimento legal ao crédito, inclusive por falecimento do(a) beneficiário(a) ou por inconsistência impeditiva devidamente identificada, a Contratada deverá informar o TJTO e proceder ao estorno/devolução dos valores, na forma e no prazo definidos no cronograma operacional e na regulamentação aplicável.

13.5. A Contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual, atendimento presencial aos(às) beneficiários(as) do TJTO por meio de **agências físicas** localizadas em **Palmas, Araguaína e Gurupi**, sem prejuízo dos canais eletrônicos, telefônicos e demais meios de atendimento previstos contratualmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

14.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

14.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.1.3. Proporcionar condições para a execução do serviço objeto deste contrato;

14.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

14.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

14.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam especificações e aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

14.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

14.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

14.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

14.1.10. Assegurar a disponibilidade financeira necessária à cobertura integral da folha de pagamento, promovendo, nos prazos pactuados, as providências internas indispensáveis para viabilizar o processamento e o creditamento tempestivo.

14.1.11. Disponibilizar à Contratada as informações e dados necessários à operacionalização do serviço, incluindo cadastro funcional e financeiro dos(as) beneficiários(as) e a indicação da conta-corrente ou conta-salário para recebimento, responsabilizando-se pela fidedignidade e atualização das informações encaminhadas.

14.1.12. Encaminhar mensalmente, por meio eletrônico e seguro, o arquivo/ordem de crédito da folha de pagamento, em formato e leiaute acordados, com a antecedência mínima definida no item 8.4.1 do Termo de Referência, de modo a permitir o processamento e a efetivação dos créditos nas janelas críticas.

14.1.13. Fornecer e validar, em conjunto com a Contratada, os parâmetros, leiautes, rotinas e requisitos técnicos necessários à integração (inclusive alterações de leiaute ou de regras internas), promovendo os ajustes sob sua responsabilidade.

14.1.14. Participar da implantação/transição, indicando interlocutores técnicos (unidade de folha/TI/áreas correlatas), acompanhando testes, homologação e operação assistida, bem como aprovando o Plano de Implantação e Transição apresentado pela Contratada, quando cabível.

14.1.15. Designar gestor(a) e fiscal(is) do contrato (e substitutos), registrando ocorrências, demandando correções e adotando providências para regularização de falhas, sem prejuízo das competências administrativas internas.

14.1.16. Acompanhar implantação, testes/homologação, operação assistida e virada operacional, de modo a assegurar a continuidade do serviço, preferencialmente alinhada ao encerramento do contrato vigente.

14.1.17. Oficializar as comunicações com a Contratada por meio do SEI e do e-mail institucional definido, mantendo registro processual das solicitações, orientações, relatórios, ocorrências e deliberações.

14.1.18. Atestar o recebimento/aceite dos marcos de implantação e da execução mensal do serviço, conforme critérios previstos no TR/contrato, sempre que não houver impedimento imputável à Contratada.

14.1.19. Providenciar, por meio das unidades competentes, os procedimentos internos relativos ao recebimento, registro e classificação contábil/orçamentária da outorga/contrapartida financeira, quando aplicável, bem como sua destinação conforme disciplina interna (ex.: FUNJURIS, se previsto no processo).

14.1.20. Comunicar tempestivamente à Contratada qualquer fato superveniente que possa impactar a execução (mudanças de sistema de folha, calendário de pagamento, regras internas), articulando plano de mitigação quando necessário.

14.1.21. Responder, na forma da lei e perante os órgãos de controle, pela observância das regras formais, orçamentárias e contábeis sob sua competência, especialmente quanto à adequada formalização, registro e acompanhamento do ajuste

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

15.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 15.1.1. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 15.1.1, 15.1.2 ou 15.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

15.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

15.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a

utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

15.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

15.1.8. A constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade;

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 15.1.4.

15.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 18.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

15.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 15.1.5 e 15.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

15.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

15.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

15.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela

decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 15.1.11;

15.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

15.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

15.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

16.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/21, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

16.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

16.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

- I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO:

17.1. O presente contrato fica vinculado aos autos _____ e _____.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

18.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

18.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

19.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS VEDAÇÕES:

20.1. É vedado à CONTRATADA:

20.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

20.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

20.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

20.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

20.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DA PUBLICAÇÃO:

21.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

21.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

22.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

22.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

23.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

23.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

23.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se

as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

23.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

23.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 23.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

23.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

23.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

23.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

23.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

23.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

23.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

23.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO CONSENTIMENTO:

24.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 23.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

25.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.

25.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.

25.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

26.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

26.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

26.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

26.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO:

27.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto a contratação da prestação de serviços de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202__, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I**DAS PENALIDADES**

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

- I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;
- II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;
- III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;
- IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

- I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente

ANEXO IV

Estudo Técnico Preliminar nº 209/2026 PRESIDÊNCIA/DIGER/DIGEP/AJDIGEP

Data	Versão	Descrição	Autor
16/03/2026	1.0	Versão inicial.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Chefe de Divisão.
29/05/2026	2.0	Realocação do subitem 4.5.3 para o item 4.1 e adequação da projeção aproximada do valor da contratação.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Chefe de Divisão.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Técnica:	Diretoria de Gestão de Pessoas	Data: 16/03/2026
Responsável pela Elaboração: Responsável pela Elaboração:	Roosevelt Tavares Marinho Herick Vicktor Lima Rodrigues	Matrícula nº 366401 Matrícula nº 371809
Categoria do Objeto:	Contratação de instituição financeira para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento de magistrados(as), servidores(as) e pensionistas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e efetuar os depósitos ou transferências bancárias relativas a subsídios, remunerações e/ou proventos de qualquer natureza, para conta corrente ou conta-salário indicada por cada beneficiário(a) constante da folha de pagamento do Tribunal de Justiça, garantindo a portabilidade bancária sem ônus e sem obrigatoriedade de manutenção de conta na instituição vencedora.	

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem por finalidade assegurar a continuidade, segurança e regularidade do processamento e da liquidação financeira da folha de pagamento do TJTO, atividade essencial ao funcionamento institucional, mitigando riscos de atrasos, inconsistências, falhas operacionais e retrabalho.

2.2. A necessidade decorre da iminência do término do Contrato nº 312/2021 (Caixa Econômica Federal) em 27/10/2026. O Poder Judiciário do Tocantins possui a obrigação legal de realizar o pagamento mensal de subsídios, remunerações e proventos a magistrados, servidores ativos, inativos e pensionistas. A contratação de uma instituição financeira autorizada pelo BACEN é a via técnica adequada para processar esse volume de créditos com segurança bancária e agilidade.

2.3. A solução deverá assegurar a dispersão universal dos créditos para a conta indicada pelo beneficiário em qualquer instituição financeira, sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada, preservada a liberdade de escolha bancária do(a) beneficiário(a).

2.4. Registra-se que a presente contratação, nos moldes ora delineados, não consta do Plano Anual de Contratações do TJTO. Contudo, trata-se de solução cuja lógica econômica historicamente adotada por este Tribunal indica ausência de dispêndio e potencial geração de receita, uma vez que, na contratação anterior conduzida no SEI nº 21.0.000001536-6, sagrou-se vencedora a instituição que apresentou a proposta de pagamento de maior valor total em contrapartida pela exclusividade, de modo que a avença tende a resultar em crédito/contrapartida financeira em favor da Administração, e não em custo direto.

3. UNIDADE DEMANDANTE

Unidade Demandante: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP)	Data: 16/03/2026
Responsável pela Formalização: Paula Jorge Catalan	Matrícula: 352649

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de qualidade

4.1.1. A solução deverá contemplar pacote mínimo de serviços bancários isentos aos(às) beneficiários(as), observada a regulamentação aplicável do BACEN/CMN, bem como a apresentação prévia de tabela de serviços, franquias mínimas e tarifas eventualmente incidentes sobre produtos e serviços não abrangidos pela gratuidade mínima.

4.1.2. Tempestividade na execução, utilizando, como referência do modelo atualmente adotado pelo TJTO, prazos máximos de até 24 horas para depósito aos beneficiários correntistas da instituição contratada e até 72 horas para transferências a beneficiários de outras instituições, a serem aferidos por critérios definidos no TR.

4.1.3. Dispersão universal dos créditos para a conta indicada pelo beneficiário em qualquer instituição financeira, sem obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada; a ausência de cobrança de encargos ao TJTO e aos beneficiários no âmbito do objeto.

4.1.4. Rastreabilidade e auditabilidade do processamento, mediante informações e relatórios suficientes para conciliação e fiscalização, com observância de sigilo, confidencialidade e proteção de dados compatíveis com a criticidade do serviço.

4.1.5. A solução deverá assegurar capilaridade mínima de atendimento presencial aos(às) beneficiários(as) do TJTO, mediante disponibilização de

agências físicas nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi, sem prejuízo da oferta de canais eletrônicos, telefônicos e demais meios de atendimento.

4.1.6. A solução deverá permitir ao TJTO acesso a histórico dos pagamentos processados, com fornecimento de informações e relatórios em prazo compatível com a criticidade do serviço, bem como prever rotinas de comunicação imediata de bloqueios judiciais, restrições operacionais, impedimentos legais ao crédito e hipóteses de falecimento do(a) beneficiário(a), com estorno/devolução tempestiva dos valores quando cabível.

4.1.7. Considerando a criticidade do serviço e a necessidade de demonstrar aptidão operacional em escala compatível, a futura contratação deverá exigir comprovação de experiência prévia em volume equivalente a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo estimado de beneficiários da folha de pagamento do TJTO, admitida a soma de atestados, desde que demonstrada a compatibilidade técnica e quantitativa da experiência.

4.2. Elementos técnicos e mercadológicos

4.2.1. A contratação insere-se em mercado específico, no qual a administração exclusiva da folha constitui ativo de interesse comercial às instituições financeiras, possibilitando a previsão de contrapartida financeira à Administração, sem prejuízo do atendimento aos requisitos mínimos de qualidade.

4.2.2. Do ponto de vista técnico, a solução deve contemplar capacidade de recebimento e tratamento de informações de pagamento em meio eletrônico, com mecanismos seguros de transmissão e retorno de processamento, de forma compatível com as rotinas e sistemas do TJTO, bem como estrutura operacional capaz de suportar o volume de créditos e eventos periódicos (folha mensal, suplementares e indenizações).

4.2.3. Na definição dos requisitos, deve-se evitar especificações proprietárias ou excessivamente restritivas, preservando-se a competitividade, e reservando-se ao TR o detalhamento de interfaces, formatos, rotinas de remessa/retorno, métricas de desempenho e evidências de conformidade.

4.2.4. A solução deverá suportar o recebimento e o tratamento do arquivo eletrônico da folha de pagamento com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis** da data prevista para o crédito, sem prejuízo de cronograma operacional mais detalhado a ser pactuado no TR e no plano de implantação.

4.3. Natureza da contratação

4.3.1. A contratação possui natureza continuada, por se tratar de serviço indispensável ao funcionamento regular da Administração, necessário ao pagamento recorrente de magistrados(as), servidores(as) ativos(as) e inativos(as) e pensionistas, com execução permanente durante toda a vigência contratual.

4.3.2. A continuidade do serviço é fator crítico para a manutenção das atividades institucionais do TJTO, impondo planejamento prévio e parâmetros de desempenho que assegurem regularidade operacional e mitigação de riscos de descontinuidade.

4.4. Duração inicial do contrato

4.4.1. Considerando a natureza continuada, a criticidade do serviço, a necessidade de estabilidade operacional e o histórico do modelo anteriormente adotado pelo TJTO, avalia-se como adequada a previsão de vigência inicial de 60 (sessenta) meses, condicionada à demonstração de vantajosidade e aos fundamentos que serão consolidados neste ETP e detalhados no TR e na minuta contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas aplicáveis.

4.5. Identificação de objetos que atendam aos requisitos especificados

4.5.1. Em caráter preliminar, os requisitos delineados podem ser atendidos por solução consistente na contratação de instituição financeira autorizada pelo BACEN, capaz de operar, em regime de exclusividade, o processamento e a dispersão dos créditos de folha e verbas correlatas, com suporte institucional ao TJTO, observância de SLAs mínimos e fornecimento de informações necessárias à conciliação e fiscalização.

4.5.2. Na etapa de análise de mercado, deverá ser verificado o universo de potenciais interessados aptos a atender aos requisitos, e, caso se identifique restrição relevante de competitividade, será realizada avaliação crítica sobre a indispensabilidade das exigências fixadas, com eventual flexibilização de requisitos não essenciais (especialmente os de natureza acessória ou de conveniência), preservando-se, contudo, os padrões mínimos de qualidade, segurança, continuidade e ausência de encargos que caracterizam o núcleo da necessidade administrativa.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Considerações Iniciais

5.1.1. Para atendimento da necessidade institucional (processamento/centralização da folha com efetivação de créditos aos beneficiários), identificam-se no mercado, em termos de arquitetura contratual, as soluções abaixo, avaliadas sob os critérios de: continuidade do serviço, segurança operacional, governança, competitividade e aderência ao modelo econômico pretendido (seleção por maior lance/outorga).

5.1.2. Considerou-se, ainda, o término do contrato vigente em 27/10/2026, o que impõe solução com implantação e transição viáveis, com mitigação do risco de descontinuidade do serviço essencial.

5.2. SOLUÇÃO 1 (ADOTADA) — Licitação competitiva para seleção de 01 (uma) instituição financeira (maior lance) na realização de procedimento competitivo para selecionar uma única instituição financeira, autorizada pelo BACEN, responsável por centralizar o processamento e efetuar os créditos da folha, com previsão de contrapartida financeira ao TJTO, a ser definida como lance/outorga, observados os requisitos técnicos, de segurança, governança e qualidade.

5.2.2. Vantagens principais (síntese):

- Competitividade e transparência na escolha, com potencial de maximização do retorno financeiro (lance/outorga), em comparação a modelos sem disputa;
- Governança simplificada (um único operador), com facilitação de SLA, conciliações, auditoria e responsabilização;
- Planejamento estruturado de transição, com regras claras de integração, contingência e níveis de serviço.

5.2.3. Observação técnica: o TR detalhará os requisitos, o modelo de execução e os critérios de medição/aceitação, bem como a modelagem do julgamento e seus instrumentos de controle (inclusive matriz de riscos).

5.3. SOLUÇÃO 2 — Replicação do arranjo do Contrato nº 312/2021 (contratação direta/valor prefixado, como referência histórica) (modelo do contrato anterior)

5.3.1. No Contrato nº 312/2021, o TJTO formalizou, por dispensa, ajuste com a CAIXA para a centralização e processamento de 100% dos créditos da folha, com referência de 2.174 creditados, estabelecendo, ainda, remuneração/contrapartida paga ao TJTO no montante de R\$ 4.405.000,00 (parcela única), além de cláusulas operacionais (ex.: ausência de cobrança de encargos e previsão de não obrigatoriedade de abertura de conta corrente).

5.3.2. Contrás — especialmente frente ao objetivo de selecionar por maior lance:

- Ausência de disputa competitiva pelo maior lance/outorga: a contratação direta/valor prefixado não assegura a obtenção da melhor proposta econômica possível (maximização do lance), por não submeter o mercado à competição estruturada.
- Risco de fragilização da motivação e do controle externo: diante da existência de múltiplas instituições aptas a operar o serviço, a replicação de modelo por contratação direta tende a aumentar o risco de questionamentos quanto à escolha do fornecedor e quanto à demonstração de vantajosidade, em razão da menor comparabilidade com alternativas de mercado.
- Dependência e “lock-in” tecnológico/operacional: a manutenção do mesmo arranjo pode acentuar dependência de integrações legadas, reduzindo incentivos à melhoria de SLA, inovação e eficiência, e dificultando, no futuro, migração planejada.
- Perda de oportunidade de calibragem de requisitos e governança: sem um processo competitivo, diminui-se a capacidade de testar, com o mercado, requisitos de segurança, contingência, relatórios e métricas, o que é relevante em serviço crítico como folha.

5.4. SOLUÇÃO 3 — Credenciamento de instituições financeiras (não exclusivo)

5.4.1. O credenciamento é procedimento auxiliar previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentado no âmbito federal por decreto, usualmente voltado à habilitação de múltiplos interessados para prestação de serviços em condições padronizadas, quando a Administração pretende admitir mais de um executor.

5.4.2. Contrás — especialmente frente ao objetivo de selecionar por maior lance:

- Incompatibilidade com a lógica do “maior lance”: no credenciamento, a Administração não promove disputa competitiva típica para seleção de “um vencedor” com maior lance; ao contrário, admite-se pluralidade de executores, o que enfraquece o mecanismo de maximização do retorno econômico.
- Tensão com o requisito de “centralização e processamento”: a proposta de credenciamento (pluralidade de instituições) tende a conflitar com a premissa de centralização do processamento da folha (um fluxo único e auditável), exigindo arquitetura operacional mais complexa ou descaracterizar o desenho do objeto.
- Aumento relevante de complexidade e custos internos de governança: múltiplas integrações, múltiplas rotinas de retorno/conciliação, maior volume de tratativas e incidentes, e maior esforço de fiscalização/controle, elevando risco de falhas e retrabalho em etapa crítica (pagamento).
- Risco de responsabilização difusa e maior exposição a incidentes operacionais: a pluralidade de participantes pode dificultar identificação célere de causa-raiz e responsabilização por falhas, além de tornar mais sensível a coordenação de contingência em datas críticas de fechamento.

5.5. Justificativa da Escolha

5.5.1. A escolha pela Solução 1 fundamenta-se na compreensão de que a folha de pagamento deste Poder Judiciário é um ativo de alto valor comercial, cuja gestão deve ser licitada para garantir o máximo retorno ao erário. Ao contrário da contratação direta por dispensa, o procedimento competitivo

obriga as instituições financeiras a oferecerem sua melhor proposta para o Tribunal, convertendo o processamento dos créditos — que tradicionalmente geraria custos — em uma fonte de receita para o FUNJURIS. Além do ganho financeiro, a solução garante a centralização operacional em um único operador, o que é indispensável para a segurança da informação, a agilidade na conciliação bancária e a efetiva fiscalização do fluxo de pagamentos, assegurando a continuidade do serviço sem qualquer ônus à Administração.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1. A solução escolhida consiste na contratação de instituição financeira autorizada pelo BACEN para:

- a) centralizar e processar 100% dos créditos da folha;
- b) efetuar depósitos/transferências a conta indicada para cada beneficiário(a);
- c) disponibilizar relatórios de retorno, conciliações e evidências de processamento;
- d) realizar adequações de sistemas e integrações necessárias, observando leiautes FEBRABAN (padrão de mercado) e rotinas acordadas;
- e) manter confidencialidade e segurança das informações, com suporte técnico-operacional durante toda a vigência.

6.2. A solução deverá preservar a premissa de que não haverá obrigatoriedade de abertura ou manutenção de conta na instituição contratada, sendo eventual relacionamento bancário adicional sempre por adesão do(a) beneficiário(a), conforme já previsto no contrato vigente.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. Atualmente, o Tribunal de Justiça possui o seguinte quadro funcional em sua folha de pagamento:

VÍNCULO FUNCIONAL	QUANTIDADE
Juizes e Desembargadores	113
Servidores Ativos	2.564
Pensionistas	95
TOTAL	2.772

7.2. O total da folha de pagamento, com base nos dados de fevereiro de 2026, em valores brutos (antes das deduções legais e facultativas) é da ordem de R\$ 59.112.657,28 (cinquenta e nove milhões, cento e doze mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos) mensais, além da folha de pagamento relativa à gratificação natalina e eventuais folhas de pagamentos suplementares.

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O modelo de gestão de folha de pagamento atualmente vigente, regido pelo Contrato nº 312/2021, estabeleceu a desoneração total do Tribunal quanto a tarifas bancárias de processamento, prevendo contrapartida financeira direta em favor da Administração.

8.2. Para fins de referência histórica mínima de vantajosidade econômica, adota-se o valor da outorga do Contrato nº 312/2021, atualizado pelo IPCA, por se tratar de índice apto a preservar o valor real da avença antecedente.

8.3. Considerando os acumulados anuais do IPCA de 2022, 2023, 2024 e 2025, o valor mínimo atualizado da outorga corresponde a R\$ 5.328.543,95 (cinco milhões, trezentos e vinte e oito mil quinhentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos).

8.4. A atualização do valor histórico foi obtida pela aplicação sucessiva dos seguintes acumulados anuais do IPCA: 5,79% (2022), 4,62% (2023), 4,83% (2024) e 4,26% (2025), resultando na seguinte memória de cálculo:

$R\$ 4.405.000,00 \times 1,0579 \times 1,0462 \times 1,0483 \times 1,0426 = R\$ 5.328.543,95$.

8.5. Sem prejuízo do piso mínimo de vantajosidade econômica indicado nos subitens anteriores, registra-se que o valor total estimado da contratação, conforme Mapa de Preços constante dos autos e consolidado no Termo de Referência, corresponde a R\$ 6.375.246,57 (seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

8.6. Assim, para fins de modelagem da contratação, considera-se:

I – R\$ 5.328.543,95 como valor mínimo aceitável de outorga/contrapartida financeira, correspondente à atualização histórica da outorga do Contrato nº 312/2021 pelo IPCA; e

II – R\$ 6.375.246,57 como valor total estimado/referencial da contratação, apurado conforme Mapa de Preços constante dos autos.

8.7. O procedimento competitivo deverá buscar a obtenção da proposta mais vantajosa possível, preferencialmente igual ou superior ao valor estimado/referencial indicado no subitem 8.6, inciso II, e, em qualquer hipótese, não inferior ao piso mínimo de vantajosidade econômica indicado no subitem 8.6, inciso I, em benefício do FUNJURIS e da Administração.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. É vedado o parcelamento do objeto, por se tratar de serviço único e integrado, cuja fragmentação pode comprometer a responsabilidade operacional, a rastreabilidade, a segurança e a conciliação do processamento da folha, aumentando riscos e custos de gestão contratual.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se identifica contratação correlata ou interdependente que condicione a execução do presente objeto.

10.2. A execução plena do contrato, contudo, demandará articulação operacional interna com a Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP, a Diretoria de

Tecnologia da Informação – DTINF e a Diretoria Financeira – DIFIN, especialmente quanto à integração tecnológica entre os sistemas utilizados pelo TJTO e a plataforma da instituição financeira contratada.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. Garantia da continuidade dos pagamentos após 27/10/2026.

11.2. Captação de contrapartida financeira para o fortalecimento do FUNJURIS.

11.3. Manutenção de altos índices de segurança digital e conformidade com a LGPD.

11.4. Eficiência operacional e redução de retrabalho;

12. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Para viabilizar a transição segura e a plena utilização dos serviços bancários, o TJTO deverá adotar as seguintes providências:

12.2. Designação de Agentes: nomear formalmente, por meio de ato próprio, o gestor e os fiscais (técnico e administrativo) do contrato, observando o princípio da segregação de funções e a competência técnica da DIGEP e DIFIN.

12.3. Integração e Adequação Tecnológica: a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) deverá validar os layouts de arquivos (remessa/retorno) e estabelecer o cronograma de homologação entre os sistemas de RH do Tribunal e a plataforma da instituição contratada.

12.4. Capacitação de Servidores: realizar treinamento para os servidores da DIGEP e da Diretoria Financeira (DIFIN) quanto ao uso do portal corporativo do banco, fluxos de contingência, emissão de comprovantes e ferramentas de conciliação bancária.

12.5. Apoio Técnico às Licitantes: facultar às instituições financeiras interessadas a realização de visitas técnicas ou consultas para conhecimento da infraestrutura tecnológica e dos fluxos de processamento do TJTO, garantindo a exequibilidade das propostas.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A presente contratação, por se tratar de serviço bancário voltado ao processamento e pagamento dos créditos da folha salarial e verbas correlatas, possui natureza predominantemente operacional e digital, com impactos ambientais diretos reduzidos, sendo compatível com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) e com as normas aplicáveis do CNJ.

13.2. A operacionalização do serviço por meios eletrônicos (rotinas digitais de remessa/retorno, relatórios e comprovações em formato eletrônico, comunicação institucional digital e atendimento remoto quando aplicável) tende a reduzir o consumo de papel, deslocamentos e demais insumos associados a procedimentos físicos, contribuindo para a racionalização de recursos naturais e para a eficiência administrativa.

13.3. No âmbito da execução contratual, serão estimuladas práticas de sustentabilidade pela instituição financeira, especialmente: (i) priorização de processos e documentos digitais; (ii) adoção de rotinas de eficiência energética e redução de resíduos em suas unidades de atendimento vinculadas ao

contrato; e (iii) compromisso com políticas de integridade e governança e com ações de responsabilidade socioambiental, sem prejuízo dos requisitos técnicos e de qualidade do objeto.

13.4. A execução contratual deverá observar, quando aplicável, diretrizes de inclusão social e acessibilidade para pessoas com deficiência, sem prejuízo dos requisitos técnicos, operacionais e de segurança definidos no Termo de Referência.

14. PREVISÃO NO PCA

14.1. A presente demanda não constou do PCA do exercício 2026, por se tratar de contratação sem ônus financeiro direto ao TJTO (custo zero na operacionalização, sem cobrança de encargos ao Tribunal e aos beneficiários) e com potencial de retorno econômico/contrapartida a ser revertida a fundos institucionais, conforme condições a serem estabelecidas no certame e no contrato.

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nas informações levantadas, conclui-se que a solução de licitar a gestão da folha de pagamento pelo critério de maior oferta é a que melhor atende ao interesse público, aliando eficiência operacional à racionalidade econômico-financeira.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 18/06/2026, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7204169** e o código CRC **36B7AA64**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036
- <http://www.tjto.jus.br/>